



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM AGROECOLOGIA

IMPACTOS DA PANDEMIA SARS COVID-19 NA
COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NAS FEIRAS
DE BOA VISTA-RR

EDNA COÊLHO DE SOUSA



BOA VISTA/RR
2022



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ASSOCIAÇÃO COM EMBRAPA E IFRR**

**IMPACTOS DA PANDEMIA SARS COVID-19 NA
COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NAS FEIRAS
DE BOA VISTA-RR**

BOA VISTA/RR
2022

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC, TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NO SITE DA UERR

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Roraima – UERR a disponibilizar gratuitamente através do site institucional <https://www.uerr.edu.br/multiteca/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:

() Trabalho de Conclusão de Curso (X) Dissertação () Tese

2. Identificação do TCC, Dissertação ou Tese

Autor: Edna Coêlho de Sousa

E-mail: edna.coelho@hotmail.com

Agência de Fomento:

Título: Impactos da Pandemia Sars Covid-19 na comercialização dos produtos agrícolas nas feiras de Boa Vista-RR

Palavras-Chave: Agroecologia. Boa Vista-RR. Feira livre. Feirante. Pandemia

Palavras-Chave em outra língua: Agroecology. Boa Vista-RR. Free Fair. Marketer. Pandemic

Área de Concentração: Linha 2 Sistemas Agroecológicos, Gestão Territorial e Sustentabilidade da Amazônia

Grau: Mestrado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Acadêmico em Agroecologia - PPGA

Orientador(a): Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão

E-mail do orientador(a): marciafalcao.geog@uerr.edu.br

Coorientador(a):

E-mail do coorientador(a):

Membro da Banca: Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão

Membro da Banca: Prof. Dr. Josinaldo Barboza Bezerra

Membro da Banca: Prof. Dr. Bruno Dantas Muniz de Brito; Profa. Dra. Sandra Kariny Saldanha de Oliveira

Data de Defesa: 30/03/2022 **Instituição de Defesa:** Universidade Estadual de Roraima - UERR

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor: 1. Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade; 2. Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Roraima os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Informações de acesso ao documento:

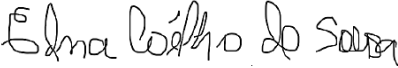
Liberação para disponibilização: (X) Total () Parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

() Capítulos. Especifique: _____

() Outras restrições. Especifique: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF e DOC ou DOCX da dissertação, TCC ou tese.

Assinatura do(a) autor(a): 

Data: 20/06/2022.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ASSOCIAÇÃO COM EMBRAPA E IFRR**

**IMPACTOS DA PANDEMIA SARS COVID-19 NA COMERCIALIZAÇÃO DOS
PRODUTOS AGRÍCOLAS NAS FEIRAS DE BOA VISTA-RR**

EDNA COELHO DE SOUSA

Sob a Orientação do Professor
Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia. Área de concentração em Agroecologia.

Linha de Pesquisa: Linha 2 Sistemas Agroecológicos, Gestão Territorial e Sustentabilidade da Amazônia.

**BOA VISTA/RR
2022**

Copyright © 2022 by Edna Coêlho de Sousa

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S725i Sousa, Edna Coêlho de.
Impactos da pandemia Sars Covid-19 na comercialização dos produtos agrícolas nas feiras de Boa Vista-RR / Edna Coêlho de Sousa – Boa Vista (RR) : UERR, 2022.
62 f. : il. Color 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Programa de Pós-Graduação em Agroecologia (PPGA).

1. Agroecologia 2. Feira livre 3. Feirante 4. Pandemia I. Falcão, Márcia Teixeira (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR IV. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA V. Título

UERR. Dis.Mes.Agr.2022 CDD – 630.98114

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135 – RR

FOLHA DE APROVAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDNA COELHO SOUSA

Dissertação apresentada ao
Mestrado Acadêmico em
Agroecologia da Universidade
Estadual de Roraima, como parte
dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Agroecologia.

Aprovado em: 30/03/2022

Banca Examinadora



Prof. Dra. Márcia Teixeira Falcão
Orientadora



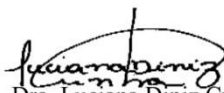
Prof. Dr. Josinaldo Barboza Bezerra
Membro Titular



Prof. Dr. Bruno Dantas Muniz de Brito
Membro Titular



Prof. Dra. Sandra Kariny Saldanha de Oliveira
Membro Titular



Prof. Dra. Luciana Diniz Cunha
Membro Suplente

Boa Vista – RR
2022

“Tudo posso naquele que me fortalece”.

(Filipenses 4:13)

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos como mestranda do curso de Agroecologia da Universidade Estadual de Roraima (UERR), houve dias de lutas, esforço, estudos e pesquisas, para chegar até este momento, a entrega desta dissertação, assim, gostaria de externalizar alguns agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus, a base da minha fé, meu sustentador e orientador na jornada da vida.

Aos entrevistados desta pesquisa, os feirantes das Feiras Hortívora, Feira do Produtor e Mercado São Francisco, que gentilmente contribuíram compartilhando do seu tempo, e de suas experiências profissionais, respondendo às perguntas que auxiliaram nas conclusões do referido estudo.

Aos meus filhos, Andressa e André Luiz, que com amor, estiveram ao meu lado, dando incentivo para que eu cumprisse cada etapa deste mestrado.

Aos mestres e doutores, que ao longo destes anos contribuíram com seu conhecimento, incentivo e atenção, para que eu não desistisse de chegar até o fim.

A minha orientadora, Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão pela sua orientação, oferecendo os caminhos necessários para conclusão desta dissertação.

Ao coordenador do curso, Prof. Dr. Plínio Henrique Oliveira Gomide que me fez acreditar que eu seria capaz de realizar esta pesquisa.

Compartilho esta alegria com os demais colegas mestrandos, que com suas pesquisas enriquecem os saberes dos estudos da Agroecologia em Roraima.

E a todos que contribuíram de forma direta e indiretamente para conclusão deste trabalho.

Meu muito obrigada!

RESUMO GERAL

SOUSA, Edna Coêlho de. **Impactos da pandemia SARS COVID-19 na comercialização dos produtos agrícolas nas feiras de Boa Vista-RR**. 2022. 68 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, RR, 2022.

A pandemia da COVID-19 teve seu início no mercado Wuhan, na China, onde comercializava frutos do mar e animais silvestres, que eram vendidos vivos ou abatidos no local, que se acredita ser o transmissor para os primeiros humanos detectados com o vírus. A pandemia causou medidas restritivas, protocolos de higiene pessoal e de ambientes e a necessidade do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), utilizado antes apenas por profissionais na área de saúde e que passou a ser usado por cidadãos comuns. Este estudo tem como objetivo analisar a dinâmica da logística dos produtos agrícolas e os impactos na organização do espaço das feiras na cidade de Boa Vista/RR, provocados pela COVID-19, em três feiras livres da capital. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com enfoque de análise de pesquisa exploratória. Foram realizadas entrevistas *online*, via *Google Forms* e encaminhada para o *WhatsApp* e também no formato presencial junto aos participantes da pesquisa. Os resultados demonstram que a pandemia trouxe diversos prejuízos, dentre eles, financeiros, o que afetou a renda familiar. Mas por outro lado, a inserção de medidas restritivas promoveu um conjunto de fatores e soluções criativas, tais como: o sistema *drive-thru*, *delivery* e os pagamentos passaram a contar com o sistema de Pix. Diante disto, percebeu-se que aos poucos os feirantes estão voltando a resgatar sua clientela, mas com uma nova dinâmica e com uma nova logística.

Palavras-chave: Agroecologia. Feira livre. Pandemia.

GENERAL ABSTRACT

SOUSA, Edna Coêlho de. **Impacts of the SARS COVID-19 pandemic on the marketing of agricultural products at fairs in Boa Vista-RR.** 2022. 68 p. Dissertation (Master Science in Agroecology). State University of Roraima, Boa Vista, RR, 2022.

The COVID-19 pandemic began in the Wuhan market, in China, where it sold seafood and wild animals, which were sold live or slaughtered on the spot, which is believed to be the transmitter for the first humans detected with the virus. The pandemic caused restrictive measures, personal and environmental hygiene protocols and the need to use Personal Protective Equipment (PPE), previously used only by professionals in the health area and now used by ordinary citizens. This study aims to analyze the dynamics of the logistics of agricultural products and the impacts on the organization of the fair space in the city of Boa Vista/RR, caused by COVID-19, in three free fairs in the capital. The methodology used was bibliographic, focusing on exploratory research analysis. Interviews were conducted online, via Google Forms and forwarded to WhatsApp and also in person with the research participants. The results show that the pandemic brought several losses, among them, financial, which affected family income. On the other hand, the insertion of restrictive measures promoted a set of factors and creative solutions, such as: the drive-thru system, delivery and payments started to rely on the Pix system. In view of this, it was noticed that the fairgrounds are gradually returning to rescue their clientele, but with a new dynamic and with new logistics.

Keywords: Agroecology. Free fair. Pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização das feiras em Boa Vista-RR.....	35
Figura 02 - Mercado Municipal São Francisco em Boa Vista-RR.....	37
Figura 03 - Hortaliças para venda no Mercado Municipal São Francisco em Boa Vista-RR.....	37
Figura 04 - Mapa Feira do Produtor Rural em Boa Vista-RR.....	38
Figura 05 - Produtores regionais a venda na Feira do Produtor Rural de Boa Vista-RR.....	38
Figura 06 - Mapa Feira da Feira Hortvida em Boa Vista-RR.....	40
Figura 07 - Produtores locais na Feira Hortvida em Boa Vista-RR.....	40
Figura 08 - Faixa etária dos entrevistados.....	44
Figura 09 - Tempo de atuação como feirante.....	44
Figura 10 - Fiscalização na feira.....	45
Figura 11 - Mudanças que tem funcionado.....	46
Figura 12 - Mudanças que não tem funcionado.....	47
Figura 13 - Práticas que melhorariam a logística e a dinâmica da feira para melhor funcionamento na pandemia.....	47

SUMÁRIO

	RESUMO.....	12
	ABSTRACT.....	13
1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REVISÃO LITERÁRIA.....	17
2.1	BREVE HISTÓRICO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	17
2.2	HISTÓRICO DA COVID-19 EM RORAIMA.....	19
2.2	AGRICULTURA E PRODUÇÃO FAMILIAR.....	21
2.4	RAÍZES CAMPONESAS E RACIONALIDADE DA PRODUÇÃO FAMILIAR.....	23
2.5	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E EM RORAIMA.....	25
2.6	A ORIGEM DAS FEIRAS.....	26
2.7	FEIRAS LIVRES NO BRASIL.....	29
2.8	AGRICULTURA FAMILIAR E FEIRAS LIVRES.....	32
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1	ÁREA DE ESTUDO DA PESQUISA.....	35
3.2	FEIRAS EM BOA VISTA/RR.....	35
3.2.1	Mercado Municipal São Francisco em Boa Vista-RR.....	36
3.2.2	Feira do Produtor Rural (FPR) em Boa Vista-RR.....	38
3.2.3	Feira Hortvida em Boa Vista-RR.....	39
3.3	FERRAMENTAS E PROCEDIMENTOS.....	41
3.4	TRÂMITES ÉTICOS.....	42
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
4.1	COMO OCORRIA A ORGANIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM BOA VISTA-RR ANTES DA PANDEMIA?.....	43
4.2	NOVA DINÂMICA DAS FEIRAS FRENTE ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS IMPOSTAS POR CAUSA DA PANDEMIA.....	45
4.3	MODIFICAÇÕES PROVOCADAS PELA PANDEMIA NAS FEIRAS LIVRES DE BOA VISTA-RR.....	49
5	CONCLUSÃO.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICE A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	59

RESUMO

A pandemia da COVID-19 teve seu início no mercado Wuhan, na China, onde comercializava frutos do mar e animais silvestres, que eram vendidos vivos ou abatidos no local, que se acredita ser o transmissor para os primeiros humanos detectados com o vírus. A pandemia causou medidas restritivas, protocolos de higiene pessoal e de ambientes e a necessidade do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), utilizado antes apenas por profissionais na área de saúde e que passou a ser usado por cidadãos comuns. Este estudo tem como objetivo analisar a dinâmica da logística dos produtos agrícolas e os impactos na organização do espaço das feiras na cidade de Boa Vista/RR, provocados pela COVID-19, em três feiras livres da capital. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com enfoque de análise de pesquisa exploratória. Foram realizadas entrevistas *online*, via *Google Forms* e encaminhada para o *WhatsApp* e também no formato presencial junto aos participantes da pesquisa. Os resultados demonstram que a pandemia trouxe diversos prejuízos, dentre eles, financeiros, o que afetou a renda familiar. Mas por outro lado, a inserção de medidas restritivas promoveu um conjunto de fatores e soluções criativas, tais como: o sistema *drive-thru*, *delivery* e os pagamentos passaram a contar com o sistema de Pix. Diante disto, percebeu-se que aos poucos os feirantes estão voltando a resgatar sua clientela, mas com uma nova dinâmica e com uma nova logística.

Palavras-chave: Agroecologia. Feira livre. Pandemia.

ABSTRACT

IMPACTS OF THE SARS COVID-19 PANDEMIC ON THE MARKETING OF AGRICULTURAL PRODUCTS AT THE FAIRS OF BOA VISTA-RR.

The COVID-19 pandemic began in the Wuhan market, in China, where it sold seafood and wild animals, which were sold live or slaughtered on the spot, which is believed to be the transmitter for the first humans detected with the virus. The pandemic caused restrictive measures, personal and environmental hygiene protocols and the need to use Personal Protective Equipment (PPE), previously used only by professionals in the health area and now used by ordinary citizens. This study aims to analyze the dynamics of the logistics of agricultural products and the impacts on the organization of the fair space in the city of Boa Vista/RR, caused by COVID-19, in three free fairs in the capital. The methodology used was bibliographic, focusing on exploratory research analysis. Interviews were conducted online, via Google Forms and forwarded to WhatsApp and also in person with the research participants. The results show that the pandemic brought several losses, among them, financial, which affected family income. On the other hand, the insertion of restrictive measures promoted a set of factors and creative solutions, such as: the drive-thru system, delivery and payments started to rely on the Pix system. In view of this, it was noticed that the fairgrounds are gradually returning to rescue their clientele, but with a new dynamic and with new logistics.

Keywords: Agroecology. Free fair. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um grupo social que carrega suas próprias características, aspectos e costumes culturais, no qual tem ganhado destaque na política, nos meios acadêmicos e em movimentos sociais. É uma forma de vida e sustento existente desde os tempos feudais, na Europa Ocidental durante a Idade Média e que vem sofrendo mudanças ao longo dos tempos. Está em constante transformação quanto a forma de fazer agricultura, contando com o auxílio de maquinários.

Este estilo de agricultura está inteiramente ligado ao mercado de trabalho através das feiras livres, que surgiram em 500 a.C. no Oriente Médio. Durante a Idade Média fez parte de festas religiosas, durante as festividades, onde as pessoas se reuniam para vender seus produtos. A feira foi sofrendo modificações ao longo dos séculos até chegar ao formato que se tem hoje, com grande expressividade econômica. Pois além dos agricultores, são empregados muitos outros trabalhadores no local (CARVALHO, 2020). Nas feiras encontram-se agricultores familiares, que vivem do que produz e comercializa, sendo paralisado no início da COVID-19.

Este estudo tem como objetivo analisar a dinâmica e a logística dos produtos agrícolas e os impactos na organização do espaço das feiras na cidade de Boa Vista, provocados pela pandemia, em três feiras livres da capital. Os objetivos específicos foram: identificar a logística adotada pelos feirantes antes da pandemia e as mudanças decorrentes da COVID-19; verificar a organização do trabalho dos feirantes antes da pandemia e as modificações provocadas pela pandemia.

A pandemia da COVID-19 foi conceituada como emergência pública de importância mundial, dando início a um desenvolvimento de protocolos de atendimento de saúde dos países, que têm buscado alternativas medicamentosas e de produção de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para ser usado por profissionais e não profissionais, em grande escala. Houve também campanhas e orientações para que haja higienização dos ambientes e humana, como a lavagem correta das mãos com água e sabão e uso de álcool 70% em forma líquida ou gel. Estes protocolos tornaram-se estratégias de guerra contra a COVID-19, para que toda população aja da mesma forma, com intuito de evitar mais propagação deste vírus.

As formas de contaminação pela COVID-19 ainda estão em estudo, apesar de que desde o começo (2019) vem apresentando infecções por contato, tanto de

modo direto, comunitário em ambientes fechados, quanto em superfícies contaminadas pelo vírus. O vírus espalhou-se entre países com maiores números de casos de contaminação, internação, recuperação e óbitos. Os dados que mais chamam atenção são os de contaminação e óbitos. Segundo os dados epidemiológicos mundiais sobre a COVID-19, fornecidos pelo boletim epidemiológico especial do Ministério da Saúde, no dia 27 de fevereiro de 2021 foram confirmadas 113.784.735 pessoas com o vírus e 2.525.401 óbitos no mundo até 27 de fevereiro de 2021. Cada País tem sua organização quanto ao sistema e serviço de saúde para o enfrentamento da COVID-19, trazendo uma série de potencialidades e dificuldades, revelando ao longo de todo este período de convivência com este vírus, de que há necessidade de valorização de políticas de saúde e que haja qualificação de áreas estratégicas para respostas rápidas. Em 2021 a situação pandêmica proporcionou aumento nas estatísticas de mortalidade no Brasil, sobrecarregando o Sistema Único de Saúde (SUS).

O que passou a ser preocupação não só dos profissionais da área da saúde, mas também de vários setores da economia, pois a COVID-19 causou de forma inesperada e urgente, a necessidade de fazer modificações estratégicas para tentar impedir o seu avanço. Com isso, o comércio e as feiras livres ficaram fechadas por um tempo. Quando retornaram, tiveram que adaptar a uma nova dinâmica de trabalho.

No que tange sobre as feiras livres locais, foco deste estudo, são de suma importância, tanto para os feirantes quanto para os consumidores, pois proporcionam desenvolvimento econômico para a cidade. Devido ao período de pandemia, os feirantes tiveram que lidar com uma nova maneira de atender seus clientes, para não haver contaminação. Na feira do Produtor e do São Francisco passaram a atender de máscara, mantendo certa distância do cliente e fazendo uso do álcool em gel, limpeza dos ambientes, superfícies e veículos de transporte.

Quanto à estrutura das feiras: orientações que os vendedores devem repassar aos clientes para o consumo de verduras, legumes e frutas. Só é permitida a entrada do cliente se estiver de máscara. Outras feiras da cidade adotaram o sistema *drive-thru* objetivando manter o atendimento à população.

Esta dissertação segue a linha de pesquisa Sistemas agroecológicos, gestão territorial e sustentabilidade na Amazônia. Tem grande relevância por trazer a temática agricultura familiar, presente nas feiras da cidade de Boa Vista e como a pandemia impôs novas formas de organização e atendimento, trazendo uma análise

a fim de alcançar um novo meio de fazer a feira se adequar ao novo modo de viver e de fazer, promovido por uma pandemia, surgida de forma súbita e que tem perdurado por mais de um ano. Planos devem ser traçados a curto, médio e longo prazo, por não haver uma previsão concreta para o fim deste cenário mundial.

No início da pandemia, o País declinou ainda mais em sua economia, que atingiu principalmente a classe socialmente mais vulnerável. Os agricultores que trabalham como feirantes nas feiras livres de Boa Vista, que dependem deste local de trabalho para a comercialização dos seus produtos, viram-se obrigados a ficar em casa, devido à medida de proteção (necessária) que foi adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela administração municipal, para conter a propagação do coronavírus. Isso prejudicou a renda de muitos, mas conforme os casos foram se mantendo controlados, apesar do surgimento de novas cepas, o município foi liberando, mas com restrições de horário para que os feirantes voltassem as suas atividades.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA PANDEMIA DA COVID-19

Ao longo da história humana é comum se deparar com fatos marcados por guerras, pestes e crises econômicas, sociais e políticas. Houve disputas por conquista de territórios, por alimentação e água. Com o passar do tempo as nações e cidades foram se organizando e despertando disputas cada vez mais acirradas, trazendo maiores destruições, mas que de algum modo, estas cidades atraíam muitas pessoas para residirem, causando grandes aglomerações de pessoas, o que tornou mais fácil a contaminação por doenças, levando em consideração os escassos recursos da medicina da época e dos recursos naturais.

Desta forma, percebe-se que o mundo vem sendo atingido por pandemias há séculos. A gripe espanhola matou cerca de 20 milhões de pessoas, durante a primeira metade do século XX. No século seguinte, apareceu a Influenza (H1N1), amplamente divulgada, que causa infecção muito agressiva, causando preocupação na população. E atualmente, existe a COVID-19, que tem causado pânico em grande parte da população mundial.

A COVID-19 é uma doença respiratória, que pertence ao grupo do coronavírus, sendo uma mutação do vírus SARS-CoV-2. A suspeita é que a sua origem foi de forma zoonótica, pois os primeiros casos tinham ligação com o Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Wuhan, na China, que praticava também a venda de animais vivos (BBC/NEWS, 2020).

Os cientistas tiveram o primeiro contato com o vírus através de um paciente que apresentou problemas respiratórios, que se parecia com uma pneumonia. Porém, de uma agressividade que há muito tempo não se via em termos de sintomas e contágio.

Os primeiros casos suspeitos foram notificados em 31 de dezembro de 2019, na província de Wuhan, na China. Porém, os casos foram crescendo em 20 de janeiro de 2020, levando ao fechamento do comércio e isolamento social na China. Devido ao contato de mais de 700 pessoas com indivíduos que eram suspeitos de terem adquirido a COVID-19, os mesmos passaram a ser monitorados. Porém, o vírus começou a se espalhar rapidamente por todo o mundo, tendo o primeiro caso

na Europa confirmado em 24 de janeiro e 13 de fevereiro nos EUA. Desde então, tem tomado proporções incertas (BBC/NEWS, 2020).

Oficialmente decretado como pandemia em 11 de março de 2020 pela OMS, o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade, por ter se espalhado pelo mundo. A pandemia da COVID-19 foi conceituada como emergência pública de importância mundial, o que deu início a desenvolvimentos de protocolos de atendimento à saúde dos países, buscando alternativa medicamentosa e de produção de EPI's, para ser usado por profissionais e não profissionais, em grande escala.

A pandemia expôs a fragilidade de vários países ao redor do mundo, em seus sistemas de saúde. Até os considerados mais desenvolvidos, mostraram que não havia preparo para enfrentar uma “guerra” contra o vírus, que se apresentava cada vez mais mutável. Dois anos depois do surgimento do primeiro caso, não há consenso entre os cientistas, médicos e outros profissionais da saúde quanto a forma mais eficaz de prevenção e tratamento da doença. Até a tão prometida e esperada vacina, que ficou pronta em tempo recorde em comparação ao tempo das atuais vacinas, que levaram para estarem aptas para uso, fato que não deixa dúvida que ela não contribui para o não contágio. E também apresenta um índice de imunização mais baixa, do que quem já pegou a doença. No final do ano de 2021, foi descoberta uma nova variante na África, chamada Ômicron, que logo se espalhou pelo mundo, causando mais preocupações e restrições. Em janeiro deste ano (2022), os casos desta variante começaram a aparecer no Brasil, ocasionando a terceira onda da COVID-19 em nosso País. Porém, final do mês de fevereiro os casos começaram a entrar em declínio novamente.

Alguns países da Europa, tais como: Inglaterra, Holanda, Dinamarca, Bélgica, Áustria, Finlândia, Grécia e Suécia estão entre os países que flexibilizaram as regras de restrição contra a COVID-19 e declararam que não vão mais encarar o vírus como uma pandemia, por estarem sob pressão para reabrir a economia, que vem causando tanto prejuízo quanto a própria COVID-19, mesmo não havendo sinais claros de baixa no número de casos nestes países (BBC/NEWS, 2021).

No Brasil, o vírus chegou pela primeira vez em 26 de fevereiro de 2020, através de um idoso residente em São Paulo, advindo de uma viagem da Itália. Depois deste caso, a doença se propagou rapidamente entre os brasileiros, e em menos de um mês após a confirmação do primeiro caso, o Brasil já havia transmissão

comunitária em algumas cidades. Tendo o primeiro óbito em 17 de março de 2020, de um idoso vindo do exterior (OLIVEIRA; ORTIZ, 2020, p. 3).

No mês de agosto começou a ser registrada uma segunda onda mundial no aumento de casos da COVID-19, por conta da reabertura do comércio, trazendo ainda mais incertezas. “Assim, não é a imunidade natural ou adquirida que determinará sozinha o tamanho da catástrofe que nos aflige, pois tal resultado depende das decisões de enfrentamento que tomamos” (WAIZBORT, 2020, p. 2).

A pandemia veio trazer à tona a fraqueza política e social. Mostrou que a humanidade ainda não está cientificamente e nem tecnologicamente preparada para enfrentar uma pandemia. Veio para mostrar que o avanço da saúde está um passo atrás. Problemas sociais e as desigualdades já existentes ficaram mais evidentes ao longo deste período pandêmico. As empresas faliram, o desemprego aumentou, a economia de muitos países foi afetada. “Com efeito, são as medidas econômicas e políticas demandadas pelo enfrentamento da crise estrutural que aumentaram a desigualdade e o desemprego para níveis alarmantes. Portanto, não é a pandemia da COVID-19 responsável pela fome e pela miséria, por levar à morte os indivíduos pauperizados da classe trabalhadora, mas o próprio *modus operandi* do capitalismo, na efetivação diária do seu caráter destrutivo, sobretudo por possibilitar o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e a pauperização daqueles que produzem tal riqueza. A pandemia, então, se constitui enquanto mais um elemento soerguido das bases objetivas do capital mundializado e que adentra nessa espiral contraditória, estabelecendo uma relação de determinação recíproca para com as mesmas, mas estando longe de ser a raiz dos problemas sociais” (SOUZA, 2020, p. 134).

Este cenário chegou em março no Estado de Roraima, localizado no extremo Norte do Brasil. No começo havia poucos casos de infecção e poucos óbitos causados pela COVID-19. Conforme os meses foram passando, o número de pessoas com coronavírus só foi aumentando, provocando um medo na população e a necessidade de adotar medidas, tais como o *lockdown*.

2.2 HISTÓRICO DA COVID-19 EM RORAIMA

Em 21 de março de 2020, a capital do Estado de Roraima, Boa Vista, registrou os dois primeiros casos da COVID-19, sendo um casal residente na cidade, que estava voltando de São Paulo. Roraima foi o último Estado a apresentar ocorrência da (SARS-COV-2) da doença da COVID-19. Foi caracterizado por três marcos de periodização que contribuem para a identificação de casos, óbitos e contágios comunitários, tanto na capital, quanto no interior do Estado.

No primeiro período (março), entre a identificação dos primeiros casos, óbitos e contágios da doença, observou-se que o intervalo foi extremamente curto, bastando 3 semanas para o vírus se espalhar na capital e virar uma situação pandêmica, apesar de ter ocorrido de modo retardatário, se comparar com outros Estados brasileiros.

Em 03 de Abril de 2020 foi registrada a primeira morte no Estado, causada pelo coronavírus, de um idoso de 60 anos, residente em Boa Vista. Depois os casos só foram aumentando e medidas passaram a ser adotadas para prevenir mais contágios (DAMA; OLIVEIRA, 2020). No dia 14 de abril houve a caracterização da transmissão comunitária, após ter atingido mais de 100 casos.

Em maio de 2020, atingiu-se o pico de pessoas contaminadas, fazendo a Prefeitura e o Governo do Estado tornarem os decretos mais rigorosos, implantando o *lockdown* na capital durante um tempo do ano de 2020.

Ao analisar a linha temporal da COVID-19 em Roraima, percebe-se que fomos apreendidos por uma longa, onde o ciclo de vida passou por três fases evolutivas. Sendo a primeira fase caracterizada por uma ascensão nos meses de março e abril, passando por um período de maturação nos meses de abril a junho, até se chegar ao padrão de declínio. (GOMES; SENHORAS, 2020, p. 141).

Apesar de Roraima ser um dos Estados brasileiros com os menores números absolutos de casos confirmados da COVID-19 (46.848) e óbitos (611), por sua vez, tornou-se ao longo do período de pandemia em um dos Estados com maior taxa de casos por 100.000 habitantes e se posicionou de maneiras variadas ao longo do tempo, como o estado mais letal ou entre os mais letais pela COVID-19 (GOMES; SENHORAS, 2020, p. 143).

Em Roraima, todos os municípios foram atingidos pelo coronavírus, sendo que a maioria dos casos foram na capital, Boa Vista. Os municípios foram atingidos em uma assimetria temporal nos contágios e óbitos. Sendo cidades pequenas e com muitos residentes em perímetro rural.

A capital foi considerada o foco da doença, por concentrar cerca de 2/3 da população do Estado, ter o maior fluxo de integração de passageiros e logística com outros Estados por meio da rodoviária e aeroporto, sendo também onde se concentra as várias atividades econômicas, políticas e administrativas, incluindo a prestação de serviço de saúde para tratar e prevenir a COVID-19 (FOLHA DE BOA VISTA, 2020).

O interior foi atingido em menor proporção devido ao número de habitantes variar de 6 mil a 30 mil habitantes. Mas as duas cidades de fronteira, Bonfim que faz

fronteira com a Guiana Inglesa e Pacaraima que faz fronteira com a Venezuela. Pois o índice de imigração, principalmente de venezuelanos é muito alto. O que contribui para um alto nível de contágio entre eles, deles para os roraimenses e dos roraimenses para com eles.

Do final de 2020 para o começo de 2021, Boa Vista apresentou um número elevado de casos da COVID-19 e óbitos, levando em consideração o número de habitantes. Como a saúde do Estado não apresenta recursos para atender com eficácia os pacientes que chegam ao Hospital Geral de Roraima (HGR) com a doença, muitos falecem por complicações mesmo depois de entubados (FOLHA DE BOA VISTA, 2020).

Durante o ano de 2021 vários casos da COVID-19 foram registrados, alguns períodos com aumentos significativos. Porém, tanto por parte do Governo do Estado de Roraima, quanto da Prefeitura de Boa Vista, as restrições foram ficando mais frouxas e aos poucos as coisas começaram a voltar ao normal, inclusive as atividades econômicas com atendimento presencial. Os EPI's de proteção contra a COVID-19 continuaram a ser obrigatório, juntamente com o distanciamento.

Em janeiro de 2022, Boa Vista voltou a registrar um aumento dos casos da COVID-19, devido a terceira onda da doença causada pela variante Ômicron e para piorar, surgiram casos de H1N1 e H2N3 registradas em grande número no Estado de Roraima. Esse fato lotou até o meio do mês de fevereiro nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Hospitais da capital. Final do mês de fevereiro, os casos de ambas as doenças começaram a diminuir e em março normalizou, servindo de pressuposto para o prefeito de Boa Vista liberar a retirada das máscaras como obrigatoriedade em lugares abertos, permanecendo somente em lugares fechados (GOODMAN, 2022).

2.3 AGRICULTURA E PRODUÇÃO FAMILIAR

Para Schneider (2003), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), um programa formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, que nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional à categoria de pequenos produtores rurais, que vinham

sendo aliados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades em manter-se em atividade.

A agricultura familiar tem uma grande importância para o Brasil, pois são eles que produzem boa parte dos produtos agrícolas do País. Mas mesmo sabendo disso, ela não é tão valorizada e só em 1996 que foram criadas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como o programa PRONAF. Com isto, houve certo reconhecimento da contribuição deste setor para a economia do Brasil.

Ao pesquisar o conceito de agricultura familiar, há alguns aspectos, sendo os dois mais difundidos: o primeiro defende que a agricultura familiar moderna é fruto das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas e o segundo defende raízes históricas com um conceito ainda em evolução (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016, p. 86).

Segundo o inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, o conceito estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 apresenta a seguinte redação: propriedade familiar é o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Na definição da área máxima, a Lei nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena, os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

O PRONAF enquadra os produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural, quando atendem aos seguintes requisitos: devem ser proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residir na propriedade ou em local próximo; deter, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; deve ter 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

O conceito de agricultura familiar é bastante amplo, podendo ser caracterizado pela estreita relação entre o trabalho e a propriedade da terra, dos equipamentos, das habitações etc. Essa é a diferença fundamental desta agricultura

dita camponesa ou familiar, para a agricultura chamada patronal. Nesta última, existe uma clara distinção entre o trabalho e a propriedade (ANDRADE, 2012).

Por fim, na agricultura familiar, o local de moradia dos proprietários e trabalhadores está localizado no mesmo ambiente de trabalho. A terra no qual é cultivado o produto que esta família consumirá, também fornecerá produtos a serem comercializados em feiras e supermercados, deixando clara a relação entre trabalho e moradia.

Porém, antes de aprofundar os outros aspectos que envolvem o tema deste trabalho, é importante reunir elementos que permitem compreender o modo de vida camponês e sua influência no funcionamento das unidades familiares de produção nos dias atuais.

2.4 RAÍZES CAMPONESAS E RACIONALIDADE DA PRODUÇÃO FAMILIAR

Para compreender as raízes camponesas, primeiramente é bom resgatar algumas características básicas do conceito clássico de camponês. Para Cardoso (1987, p. 56), destacam-se quatro características:

- a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional;
- c) Autossustentabilidade combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente;
- d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

A partir destes pressupostos fica entendido que a produção agrícola dos camponeses, consiste naquela em que a família ao mesmo tempo em que tem a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, pode produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.

Segundo a essência da teoria de Chayanov (1974), diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extração do trabalho assalariado e por

prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família.

Levando em consideração a afirmação de Chayanov (1974), quando um agricultor familiar toma a decisão sobre aumentar a quantidade de trabalho necessário para a expansão de determinada atividade, por exemplo, está pensando no bem-estar de sua família, antes mesmo do desejo em obter lucro.

Ao fazer esta afirmativa, Chayanov (1974) não exclui que o agricultor familiar obtém lucro com sua atividade produtiva, mas ressalta que este desejo só existe subordinado à satisfação de sua família, se for como meio de sustento para si e para seus familiares. Este aspecto do modo de vida do agricultor familiar ocorre por não haver a separação entre administração de suas terras e produção, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. Ainda que haja a necessidade de contratar mão de obra, ocorre como complementação à força de trabalho da família. Este autor tem a noção de que o ciclo demográfico ajuda a explicar as possibilidades da agricultura familiar em adotar novas tecnologias e assumir riscos.

A composição familiar causa uma interferência direta na linha de produção e nas necessidades de consumo de sua família. Uma família com filhos pequenos consome, mas ainda nem todos trabalham. Por isso, tendem a ter uma maior limitação quanto à disponibilidade de trabalho do que outra família, onde os filhos são maiores e já participam da produção. Isto influencia na estratégia adotada, para que a produção se diferencie da segunda família, que tem filhos maiores. Apesar de que, no decorrer do tempo a dinâmica desta estrutura demográfica sofre mudanças, tais como: os filhos pequenos crescem e participam do trabalho familiar; os filhos adultos deixam a propriedade dos pais para constituírem suas próprias famílias, mudanças que devem ser percebidas.

Para o agricultor familiar, a mobilidade espacial sempre foi sua forma de assegurar o projeto para o futuro. O compromisso com a reprodução da família se dava pela prática de uma agricultura itinerante e pelo sistema de posse precária da terra. “De certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida” (WANDERLEY, 1999, p. 38).

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E EM RORAIMA

No Brasil, os agricultores familiares já receberam diferentes nomes. Martins (1986) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira. No Nordeste, denominava-se tabaréu. Em diferentes regiões do País encontra-se o caboclo. Segundo o autor, são referências de duplo sentido. Porém, todas fazem menção ao agricultor que vive no campo, trazendo a característica de uma pessoa rústica, atrasada e ingênua.

Fator esse que influenciou a maioria de nossos livros de História, no qual se percebe poucos registros sobre os agricultores na construção do País, sendo contado apenas o passado da grande agricultura que utilizava mão de obra escrava, em que houve o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café. Apesar deste fator, está havendo um resgate da história brasileira em que o camponês foi ator social atuante, identificando suas características e seus diferentes aspectos.

Com relação ao desenvolvimento da agricultura familiar em Roraima, ressalta-se que no final do século XIX as terras do Estado do Amazonas pertenciam a União. Só em 1891, após a promulgação da constituição, à primeira República, é que as terras foram transferidas aos Estados, destacando o Vale do Rio Branco, nomeado posteriormente de município de Boa Vista do Rio Branco, também do Estado do Amazonas, o que só foi concluído em 2021. Quando foi criado o Território Federal do Rio Branco e depois o Território de Roraima e por fim, Estado de Roraima, terras que voltaram e permanecem sob domínio da União. Quando se deu através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a criação do Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA), foi que as terras puderam voltar ao domínio do Estado de Roraima, através da solicitação junto ao INCRA de repasse de terra. Vem ocorrendo por ofício. Mas o ideal é que se apresente um projeto de assentamento, no qual o governo se comprometa a construir a estrutura necessária.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agrícolas do País foram classificados como de agricultura familiar. Esse estilo de produção é o maior responsável pelos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, como também está presente em Roraima (FOLHA DE BOA VISTA, 2021).

A agricultura no Estado está presente desde a sua criação. Tendo como principais produtos: o arroz, soja e milho. A agricultura familiar é pouco divulgada no Estado, mas são eles quem fornece frutas e hortaliças para serem vendidas em feiras

do Estado. Essas famílias normalmente estão ligadas a cooperativas autônomas, compostas por associados voluntários que se uniram para atender as necessidades sociais, econômicas e culturais comuns (FOLHA DE BOA VISTA, 2021).

2.6 A ORIGEM DAS FEIRAS

A palavra feira vem do latim *feria* que significa feriado ou dia santo. Especialistas afirmam que as primeiras feiras surgiram em 500 a.C. no Oriente Médio, onde pessoas vendiam artesanatos. Outros historiadores afirmam que surgiu na Idade Média em festividades religiosas. No Brasil surgiu no período Ibérico, trazido por Portugal, durante a colonização (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008). É o método mais antigo de comercialização de produtos agrícolas.

Bromley, Symansky e Good (1980) analisaram os mercados periódicos em diversos contextos têmpera-espaciais e reafirmaram a relação existente entre elas e a segregação socioespacial e as práticas de determinados grupos. Acredita-se que as feiras geralmente surgem em sociedades estratificadas com nítidas divisões de trabalho e fortes vínculos de influências externas. Tornam-se periódicas a partir do estabelecimento do comércio em tempo parcial e a designação de dias especiais para a sua realização, e persistem no tempo pelas necessidades dos produtores e consumidores, da organização do tempo. Sobre esta dimensão temporal afirmam que “os agrupamentos de mercado periódico estão relacionados aos conceitos socioculturais de tempo, à duração da semana ou mês estabelecidos, e à existência de dias separados para descanso, cerimônias religiosas ou reuniões públicas e festividades” (BROMLEY; SYMANSKI; GOOD, 1980, p. 185).

Ainda de acordo com os autores acima mencionados, as feiras livres persistem no tempo, em função das necessidades de produtores e consumidores, da organização do tempo, da inércia e da vantagem comparativa. A necessidade que o comerciante-feirante tem de vender seus produtos, com o objetivo de adquirir o mínimo de dinheiro para manter o funcionamento do seu ponto de venda e para sua sobrevivência, bem como a primordial idade de compra dos consumidores, que não cultivam mais em suas propriedades determinados produtos ou porque migraram do campo para a cidade, constituem-se fatores indispensáveis na permanência dessas feiras (BROMLEY; SYMANSKI; GOOD, 1980, p. 185).

O fato de a maioria das feiras nortistas acontecerem aos sábados e aos domingos e, no caso das feiras estudadas, acontecerem no sexto dia, indica que foram originadas não apenas para atender a necessidade de compra e de venda dos consumidores e comerciantes, mas também para servir de lazer, constituindo-se numa atividade festiva, onde seus participantes ao irem à feira, pudessem conversar, socializando os fatos semanais ocorridos nas suas comunidades e reencontrar amigos e familiares. Ao acontecerem no mesmo dia da semana, os mercados revelam a importância que tem, sobretudo local, pois é a população de cada município que se torna o agente responsável pela aparição de cada um deles.

A escolha pela aquisição de produtos da feira se constitui num aspecto cultural característico de determinada parcela da população, da mesma forma que a escolha por comprar em lojas de mercados e supermercados corresponde também a hábitos específicos. Não existe um limite rígido, no sentido de mostrar que determinado grupo socioeconômico e cultural compre somente na feira e outro em mercados e supermercados, porém, as relações culturais materializadas na feira (de temporalidade lenta) não são as mesmas que se manifestam no comércio do circuito superior (de temporalidade frenética), por exemplo.

Esta prática vem sendo comercializada há séculos, o que fez com que se tornasse regulamentado pelo poder público, com o fim de fiscalizar e cobrar impostos dos feirantes. Trabalhadores que cultivam seus produtos hortifrúti em suas propriedades rurais familiares e vêm para cidade vender nos fins de semana, oferecem produtos de boa qualidade por preços mais baixos.

Atualmente, revelam-se práticas cotidianas de trabalho, inseridas no âmbito do circuito inferior da economia urbana, definido por Milton Santos (1979), que vivenciam marginalização pelo poder público, na medida em que são qualificadas como antiquadas, obsoletas e anacrônicas, por não estarem em compasso com a mundialização da economia, que criou novas formas de comercialização (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 72).

É um formato tradicional de varejo que dependendo da feira, os produtores podem ter seu espaço fixo para comercializar seus produtos ou ter instalações provisórias. A maioria das feiras costuma funcionar nos fins de semana. Algumas têm prédio próprio, organizado pelo Estado e/ou Prefeitura ou ocorre em determinado espaço da via pública. Tem sua própria dinâmica de espaço e funcionamento.

Neste lugar, o contato do feirante com o consumidor é mais estreito, promovendo a relação direta entre o produtor e o cliente, tendo o método de venda mais simples, no qual o feirante consegue identificar com mais facilidade o perfil do cliente e do produto que está procurando. Para vender, depende de quem oferece o produto no volume de voz mais alto e o menor preço. Além de ter uma relação mais estreita entre eles, há uma mútua colaboração e respeito para atender o cliente.

A proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si, constroem regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados (SATO, 2007, p. 99).

Fato que torna a dinâmica e a logística da feira diferente de qualquer outro tipo de comércio alimentício. Os agricultores familiares que trabalham como feirantes tem um convívio harmônico com outros feirantes e cada um respeita seu espaço e às vezes até tomam de conta da banca do outro, quando é preciso. Os produtos tendem a ter preços aproximados e horários pré-estabelecidos para começar e terminar.

No Brasil, algumas feiras tornaram-se pontos turísticos, por sua organização e pelos produtos encontrados. Os mercados municipais de algumas capitais espalhadas pelo Brasil, são as mais famosas. A grande maioria teve seu espaço reduzido para dar lugar a outros comércios locais. Apesar deste ocorrido, elas não perderam mercado e nem sua importância, pois a maioria da população prefere os produtos vendidos nas feiras.

As feiras tem uma particularidade, que é a forma lúdica, apresentando assim um ambiente que vai além do proposto. Nas feiras, encontra-se diversão, ponto de encontros, ambientes para conversas e mais uma opção de lazer.

A dinâmica das feiras livres atrai muitos consumidores. É um local onde a palavra vale mais do que o código de barras dos produtos vendidos em supermercados. A relação mais próxima do cliente com o produtor gera mais confiança no que está sendo vendido. A busca por produtos cultivados sem agrotóxicos é um dos atrativos de algumas feiras livres, mesmo que aumente um pouco mais os preços.

Este espaço traz benefícios para os feirantes, consumidores e comerciantes locais. Pois facilita a vida do agricultor familiar, garantindo ao produtor a venda de

seus produtos de forma permanente. O que de outra forma se tornaria mais difícil neste tipo de economia fluida. Os consumidores ganham com o constante abastecimento de produtos de boa qualidade e preços acessíveis. Os comerciantes ganham, quando os feirantes usam sua renda com a venda de seus produtos para adquirir algum bem de consumo. O que ajuda a manter o mercado aquecido.

Produtos “coloniais”, “da roça” ou “da fazenda” se caracterizam por qualidades associadas ao sabor e procedência, que asseguram valor agregado aos produtos, como salienta Maluf (1999). Certificação desse estilo é o “Selo Sabor Gaúcho”, que revela a origem dos produtos, se baseando na agroindústria familiar com normas legais, sociais e sanitárias (SDR, 2017).

Nas feiras, esses valores são construídos nas trocas cotidianas entre feirantes e fregueses, que pontuam a força cultural do produto relacionada a gosto, origem, matéria-prima e produtor. A compra e o consumo são ligados às suas origens e, para os clientes, “as relações pessoais já são suficientes para atestar a qualidade dos produtos” (CASSOL, 2013, p. 40).

Esses autores ressaltam que, dadas às características do gosto, os feirantes se tornam vendedores exclusivos de um mercado específico. Como os produtos atendem particularidades alimentares locais, a feira se torna um nicho defendido de invasores, liberto das escalas de produção, dominado por especialistas em produtos de gosto e qualidade socialmente reconhecidos (RIBEIRO *et al.*, 2011). E como é grande a diversidade alimentar no Brasil, alguns produtos ultrapassam o nicho local e adquirem dimensão nacional por conta de “algo culturalmente construído, o gosto” (MACIEL, 2005, p. 53).

A percepção subjetiva de qualidade faz com que os produtos passem a ser procurados nas feiras, valorizando o nome do feirante ou atrelando a “marca” à comunidade rural produtora (ANGULO, 2002; HEREDIA, 2013).

2.7 FEIRAS LIVRES NO BRASIL

A primeira referência ao estabelecimento de uma feira no Brasil data de 1548, quando no Regimento enviado ao Governador Geral, o rei Dom João III, ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]” (MOTT, 1975, p. 309). Tal medida foi tomada para

que os nativos pudessem vender seus produtos e comprar aquilo de que necessitavam.

Os portugueses já estavam acostumados com o comércio na feira. Desta forma, a princípio, tais instituições pareciam ter uma eficiência que deveria ser reproduzida na recém-descoberta colônia. No entanto, ao ordenar a instalação das feiras, a intenção do rei não era que elas abastecessem somente os moradores, mas principalmente, fazer a reunião da produção dos nativos com o objetivo de exportá-los (MOTT, 1975). Apesar da determinação para a criação das feiras, estas não foram postas em prática de imediato, tanto que, 40 anos depois do primeiro regimento, é enviado outro documento ao governador da Bahia, que ordenava que se estabelecessem feiras nas povoações das capitanias “para que os gentios possam vir e vender o que tiverem e comprar o que houverem [sic] mister” (MOTT, 1975, p. 310).

O pequeno comércio durante o período colonial, se organizava tendo por base os dois polos principais em que se sustentava a organização socioeconômica da Colônia: o primeiro, através dos inúmeros engenhos de cana-de-açúcar e, o segundo, através de poucas vilas e cidades que serviam de armazém e porto de embarque para a produção açucareira.

Feiras são essenciais para os produtores: geram rendas em vendas à vista, reduzem custo de comercialização, estimulam interação entre produtores e vendedores, e permitem ao agricultor acessar serviços urbanos (ANGULO, 2002; ANJOS, GODOY; CALDAS, 2005; RIBEIRO, 2007; COÊLHO, 2008).

Nas cidades, o problema era a escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população, pois toda a mão de obra que deveria estar ligada à produção de alimentos, via-se presa à produção açucareira, “cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém dará importância aos gêneros alimentares” (PRADO JÚNIOR, 1990, p. 43).

A insuficiência de alimentos destinados aos núcleos populacionais mais densos foi assim, um dos problemas mais sérios que a Colônia teve de enfrentar. Com exceção de poucas famílias mais abastadas, a população nesse momento vivia sob um estado crônico de subnutrição (PRADO JÚNIOR, 1990).

Não obstante, diversas formas de comércio já se encontravam estabelecidas, sendo os mais comuns, as lojas, vendas, tavernas, estalagens, açougues, quitandas, dentre outros. É no relato de um cronista, por volta de 1587, que está possivelmente a primeira referência a uma feira realizada na capital da Colônia. Segundo o relato,

citado por Mott (1975, p. 312), “tudo vêm vender à praça desta cidade: muitos mantimentos, frutas, hortaliças, do que se remedia toda a gente, da cidade”.

Assim, existem referências nas duas formas de comércio distintas: uma exercida pelo comércio estabelecido dos mercadores, responsáveis pelas vendas dos artigos finos e de luxo, caros e nobres e, a outra forma, que era realizada ao ar livre com a venda de produtos provenientes da terra (MOTT, 1975).

Mesmo tendo estas referências sobre a existência de uma forma de comércio realizado ao ar livre na capital colonial, não se encontra na literatura pesquisada ou mesmo em qualquer documento, um indicativo de quando e onde foi criada a primeira feira no Brasil. Porém, uma das primeiras de que se tem notícias de instalação na Colônia, deu-se no Nordeste, provavelmente entre os séculos XVI e XVII. Esta feira estava possivelmente localizada em Capoame, no norte do Recôncavo Baiano (MOTT, 1975). O fato de não existirem documentos que indiquem o surgimento das feiras nesse período, faz o autor levantar a hipótese de que a emergência das feiras só se deu efetivamente, “quando do maior desenvolvimento demográfico e da diversificação econômica do Brasil” (MOTT, 1975, p. 311).

Outras referências à existência de feiras no Brasil nos séculos XVIII e XIX são as voltadas para o comércio do gado bovino e da farinha. O mais antigo registro é de 1732 da feira de gado no sítio Capoame, na Bahia. Outras feiras conhecidas são as da freguesia da Mata de São João, da Vila de Nazareth, da Feira de Santana e da Vila do Conde na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaianinha, na capitania de Pernambuco; e em muitas vilas e cidades de Sergipe (MOTT, 1975).

A indicação dessas feiras e dessas localidades para a sua realização, deve-se principalmente, ao comércio de gado que se disseminava pelo interior nordestino naquele momento. Este comércio só se estabeleceu, pois como a atividade criatória foi a grande responsável pela ocupação do interior nordestino ainda no século XVII, inúmeros núcleos se estabeleceram ao longo dos “caminhos de gado”, o que influenciou a formação das praças de mercado e das feiras livres como se conhece atualmente.

É inegável que foi na região Nordeste que esse modelo de mercado tenha conseguido maior êxito em função, principalmente, da própria formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas da população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e pecuária praticadas na região.

As feiras também são importantes para a segurança do abastecimento alimentar. Consumidores acreditam que alimentos comprados do produtor são mais saudáveis e que, ao mesmo tempo, podem interferir na qualidade (MALUF, 1999; GODOY, 2005; DIAS JÚNIOR, 2015). E, aproximando vendedores e compradores, as feiras valorizam a soberania alimentar e cultural; superam o caráter restrito de ponto de venda; cimentam relações de proximidade; vão além do negócio ao unir no mesmo espaço comércio e sociabilidade (JESUS, 1992; RIBEIRO, 2007; SERVILHA, 2008; CASSOL, 2013). Também criam e reproduzem hábitos culturais de consumo, tão diferenciados quanto são as regiões brasileiras, porque seus espaços são apropriados por relações enraizadas no lugar (PLOEG, 2016).

Dessa forma, feiras podem ser compreendidas como espaços de economia de proximidade, de hábitos culturalizados, de canais marcados pela informalidade dos negócios e pelas relações costumeiras, criando “um verdadeiro encontro entre a cidade e o campo” (ANDRADE, 1987, p. 103; FORMAN, 2009).

2.8 AGRICULTURA FAMILIAR E FEIRAS LIVRES

Na dinâmica da agricultura familiar, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte de renda. Os agricultores familiares têm uma relação particular com a terra, porque esta representa o seu local de trabalho e moradia, e é onde efetivam ou desempenham as suas funções econômicas, ambientais, sociais e culturais, integrados ao território. A diversidade produtiva também é característica marcante na agricultura familiar, porque procura preservar os produtos alimentares tradicionais, contribuindo para proteger a biodiversidade e manter o patrimônio cultural das áreas rurais (BRITO, 2016).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar produz mais de 80% da comida mundial. A preocupação com o abastecimento alimentar mundial condicionou a Organização das Nações Unidas (ONU), a oficializar o período de 2019/2028 como a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar. O objetivo é colocar em prática um Plano de Ação Global contra a fome e a pobreza rural (FAO; IFAD, 2019), vinculado às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (FAO, 2019).

Para Niederle e Wesz Júnior (2018), o universo das práticas e dos significados que os agricultores atribuem às suas formas de fazer agricultura, revela uma pluralidade de estilos, que se manifestam em múltiplas identidades sociais, tais como: camponeses, colonos, parceiros, quilombolas, indígenas, meeiros, lavradores, entre outros, que lhes permitem resistir às pressões institucionais do mercado e do Estado. Com isso, criar novos mecanismos e instrumentos para reforçar a interação entre os agentes envolvidos, intensificam os próprios canais de comercialização e o fortalecimento das “redes alimentares alternativas”, sendo estas caracterizadas pela comercialização de proximidade do agricultor para o consumidor e quase sempre sem intermediários (entrega de cestas, venda na propriedade, venda porta a porta, venda institucional para alimentação escolar, feiras, entre outras) (DAROLT *et al.*, 2016).

De acordo com Ballivián *et al.*, (2018), as feiras também são consideradas um local para a construção de relações recíprocas, que na maioria das vezes, expressam a agricultura familiar e a agroecologia dentro da ética do cuidado, defesa da vida, solidariedade, reciprocidade e de justiça social, através da promoção de uma culinária sazonal ou diferenciada para cada estação do ano (temperos, chás, plantas medicinais, flores ornamentais e a diversidade de produtos coloniais), com a introdução de experiências de consumo como Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs); utilização de embalagens retornáveis, entre outras.

Nesses locais, que podem assumir diferentes formatos, são identificados três aspectos importantes: i) formação de preços que ocorre conforme a oferta e procura de produtos, sem a interferência de um único comprador ou vendedor; ii) o valor recebido pelo produtor é o mesmo pago pelo consumidor; iii) flexibilidade para oscilar o preço entre o início e fim da feira (hora da xepa), para evitar que os feirantes voltem com produtos para casa (FIDA, 2018).

Ballivián *et al.*, (2018) referem ainda que as feiras representam um espaço de interação e formação social construído a partir das necessidades e dos objetivos mútuos e complementares, entre o campo e a cidade. Isso contribui para ampliar os canais de interações entre os envolvidos e, por outro lado, pode levar a prática de economia solidária através da cooperação e fortalecimento das associações integrativas, para participar de campanhas e mobilizações em defesa de direitos e políticas públicas afins. O envolvimento dos pequenos agricultores familiares e a interação com uma diversidade de clientes na feira, estimula a satisfação, o aumento

da autoestima e, quiçá, a conquista da autonomia econômica (PREISS; SCHNEIDER, 2020).

A este propósito, reforça-se com a citação abaixo:

Relevando una experiencia de comercialización alternativa para productores familiares de La Matanza, provincia de Buenos Aires, Argentina: la “Feria del Productor al Consumidor: la soberanía alimentaria entra a las aulas”, en la Universidad Nacional de La Matanza. Aplicamos metodología cualitativa con trabajo de campo etnográfico (entrevistas a feriantes, extensionistas, visitantes y consumidores, y observaciones realizadas durante ediciones de la feria y reuniones de la asamblea de feriantes acrescenta que “apesar de sua relativa informalidade [...] reconhecemos que estas feiras contribuem para o desenvolvimento rural como um poderoso instrumento alternativo [...], melhorando o intercâmbio entre os atores, refletido no aumento do capital social (BALLIVIÁN *et al.*, 2018; SCHABARUM; TRICHES, 2019)

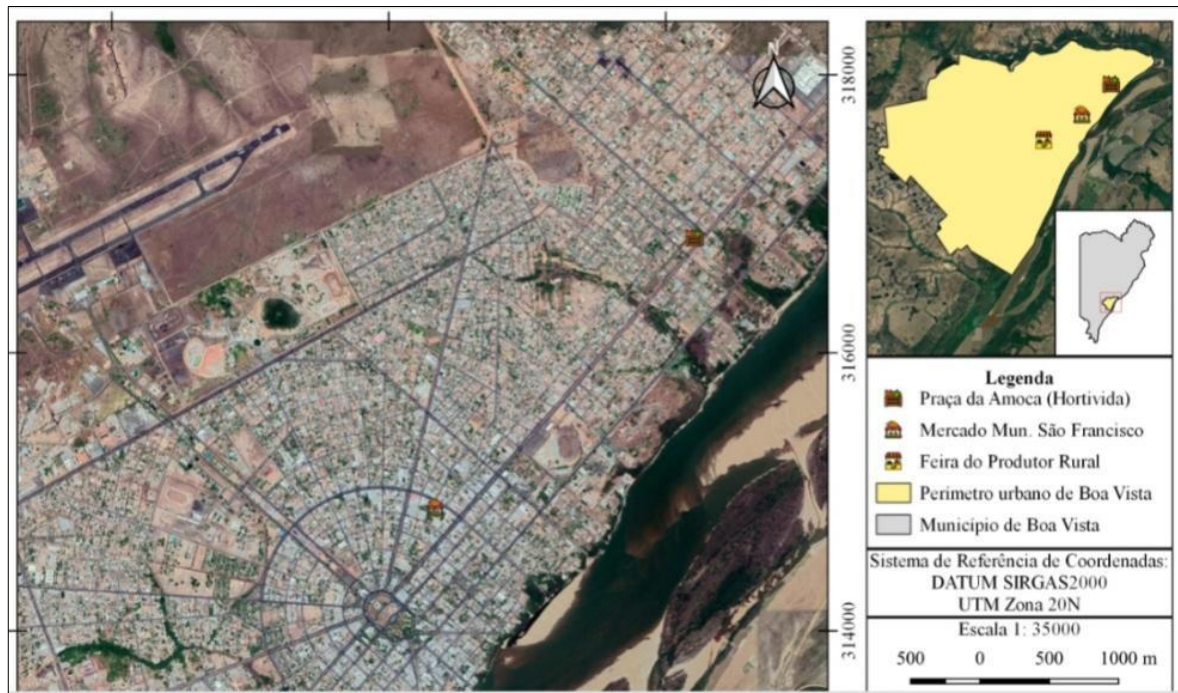
Isto acontece desde que os agricultores familiares tenham a garantia da autonomia na tomada de decisão do seu processo produtivo e da comercialização dos produtos a um preço atrativo e justo.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 11 feirantes de ambos os gêneros, que tem na agricultura familiar o seu meio de sustento próprio e de renda. Estes, trabalham na feira do Produtor, localizada no bairro Pricumã, no Mercado Municipal São Francisco, localizado no bairro São Francisco e na Hortvida, localizada no bairro Caçarí, todos na cidade de Boa Vista (Figura 1).

Figura 1- Mapa de localização das feiras em Boa Vista-RR



Fonte: Produção autoral (2021).

3.2 FEIRAS EM BOA VISTA/RR

Na cidade de Boa Vista, existem nove feiras, nas quais os agricultores que ali vendem seus produtos, são oriundos do interior do Estado, tais como: Alto Alegre, Bonfim e Rorainópolis. As feiras estudadas foram: Mercado Municipal São Francisco, Feira do Produtor e Hortvida.

3.2.1 Mercado Municipal São Francisco em Boa Vista-RR

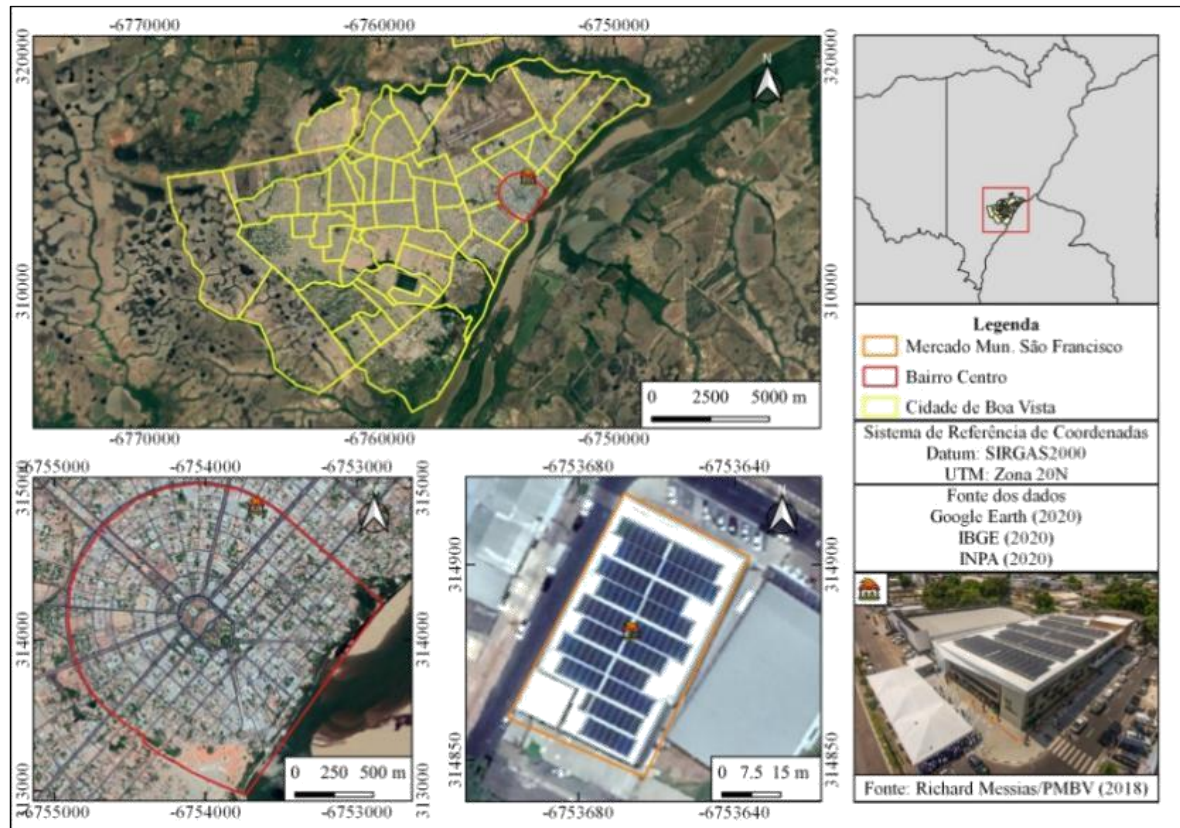
O Mercado Municipal São Francisco, mais conhecido como Feira do São Francisco, está situado na Avenida Major Willians. Foi criado no ano de 1967, pelo então prefeito da cidade de Boa Vista, Antônio Maciel da Silveira, que só foi realmente concretizado, doze anos mais tarde, pelo governador Ottomar de Souza Pinto, quando parte de uma feira livre que havia se fixado no local foi despejada (Figuras 2 e 3).

No mercado Municipal São Francisco foi verificado que cada feirante tem seu espaço um ao lado do outro, dividido por paredes, e tem possibilidade de colocar sua placa de identificação em cima da porta do seu estabelecimento. Neste mercado é vendido frutas, verduras, plantas, doces, artesanato e tem restaurantes que vendem café da manhã e almoço.

Esta criação tinha como objetivo, atender a pequena população local e a enorme quantidade de pessoas que vinham para o Estado, atraídas pelo garimpo. Pois não havia na cidade mercados de grande porte. As mercadorias que chegavam para abastecer a população vinham de diversos estados brasileiros, em longas viagens de barco, as quais acarretavam a deterioração dos alimentos (Figuras 2 e 3).

Devido a este fator, os comerciantes preferiam vender para os garimpeiros, que compravam em grande quantidade. Apenas o que restava era vendido para a população da cidade, o que gerava grande inflação (SANTOS, 2018) (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Mercado Municipal São Francisco em Boa Vista-RR



Fonte: Produção autoral (2021).

Figura 3 – Hortaliças para venda no Mercado Municipal São Francisco em Boa Vista-RR

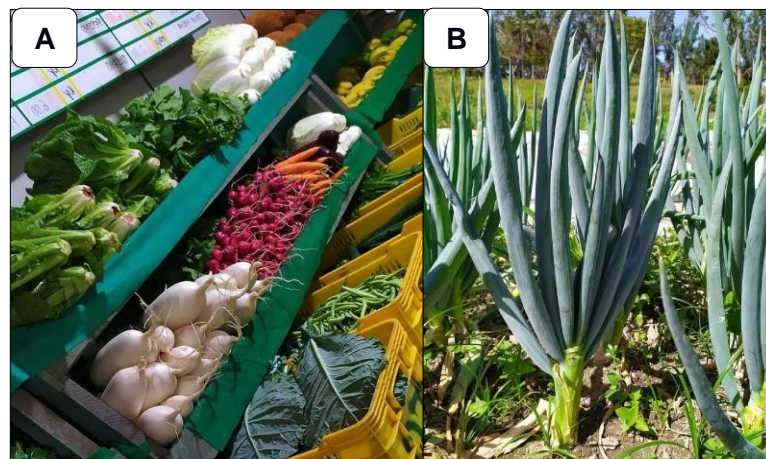
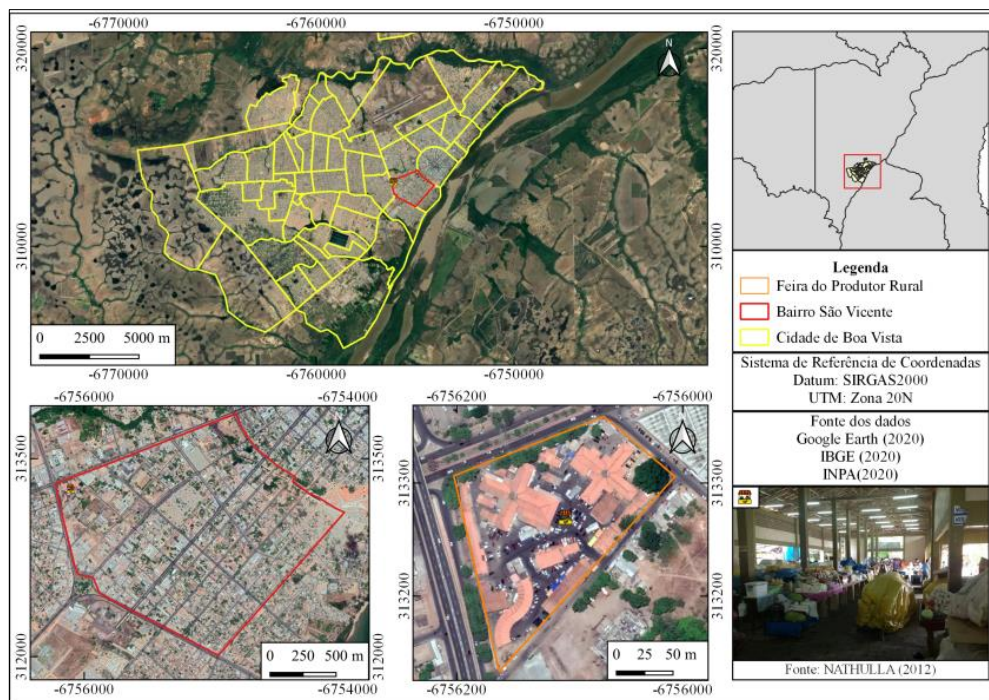


Imagem (A): Hortaliças diversificadas disponível para venda no mercado municipal; Imagem (B): Plantação de cebolinha. Fonte: Acervo pessoal fotográfico (2022).

3.2.2 Feira do Produtor Rural (FPR) em Boa Vista-RR

A Feira do Produtor Rural (FPR) foi criada oficialmente em 1993, pelo então governador Ottomar de Sousa Pinto. Localiza-se na Avenida Glaycon de Paiva nº 2171 no bairro São Vicente (Figura 4). É administrada pelo Departamento de Abastecimento e Comercialização (DEAC) e está vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) (Figuras 4 e 5):

Figura 4 - Mapa Feira do Produtor Rural em Boa Vista-RR



Fonte: Produção autoral (2021).

Figura 5 – Produtores regionais a venda na Feira do Produtor Rural de Boa Vista-RR



Imagem (A): Tomates, pepino, pimenta de cheiro, alface e demais hortaliças disponíveis para venda na feira do produtor rural; Imagem (B): farinha de mandioca. Fonte: Acervo pessoal fotográfico (2022).

Atualmente não dispõe de administrador e está sob a direção do DEAC. Atende de forma direta e indiretamente 600 feirantes, que comercializam diversos produtos advindos de todos os municípios locais e de outros Estados, fornecendo frutas e legumes que não são produzidos na região (CARDOSO, 2019, p.38).

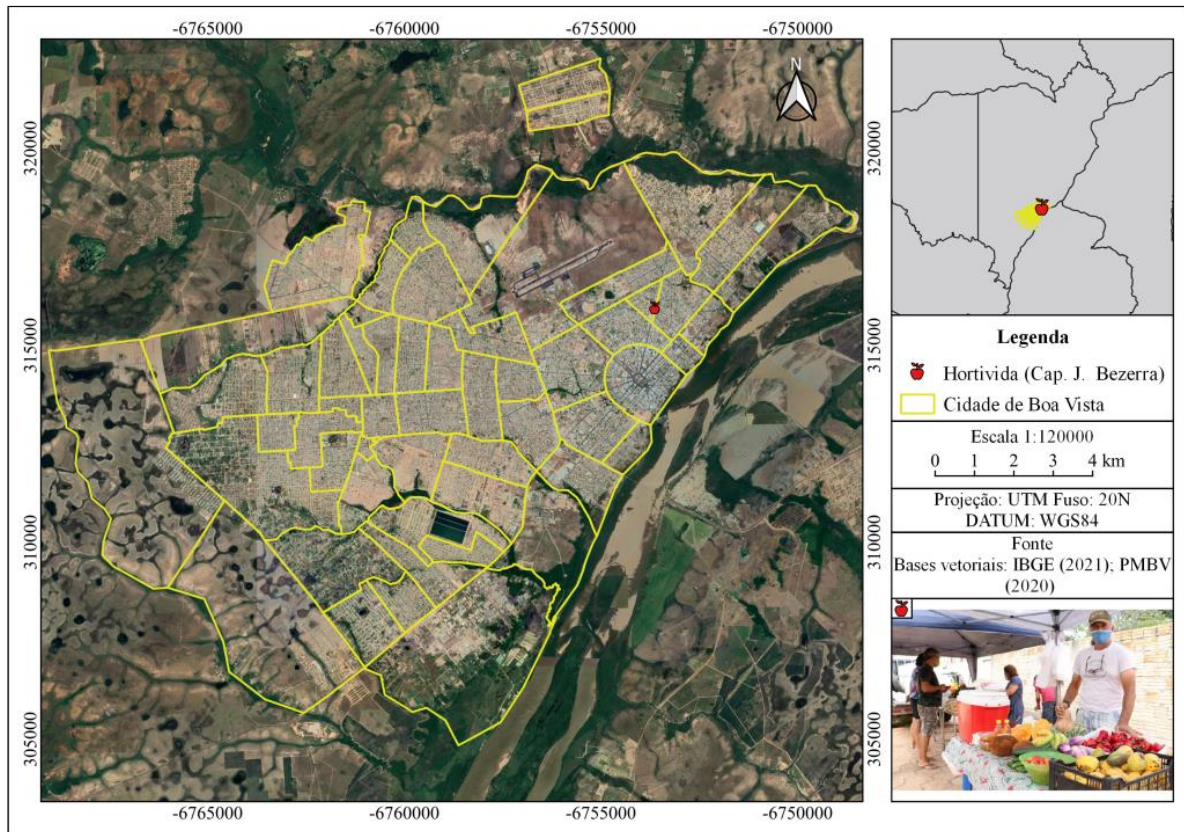
A feira tem forma de vários galpões, divididos por blocos específicos, de acordo com os produtos comercializados. É comum encontrar farinhas de vários tipos, gomas, verduras, legumes, frutas, carnes das mais variadas e restaurantes.

3.2.3 Feira Hortvida em Boa Vista-RR

Visando congregar e representar os produtores de hortifrutigranjeiros orgânicos do município de Boa Vista, criou-se em 29 de julho de 2005, a Hortvida, uma entidade sem fins lucrativos. Montam suas barracas todas as quartas-feiras, a partir das 15 horas, na avenida Capitão Júlio Bezerra, e aos sábados, na Praça do Caçari, pela manhã. Tendo como intuito a luta pela expansão desta atividade orgânica em âmbito local, nacional e internacional (Figura 6). Assim, é regida pelo Novo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 22 de janeiro de 2002, de acordo com as demais leis vigentes do País e pelo próprio Estatuto social da associação dos hortifrutigranjeiros orgânicos de Boa Vista – AHOBV.

A associação iniciou por ocasião do projeto de horticultura orgânica, de gestão do SEBRAE e parceria com a SEAPA, Prefeitura de Boa Vista, a FEMACT e outras instituições, cujo objetivo era transformar 20% das propriedades oleícolas e frutíferas convencionais de Boa Vista em produção orgânica. Nesse projeto foram capacitados 22 produtores com cursos de produção orgânica; associativismo; “como vender mais e melhor”; processar minimamente hortaliças e visitas técnicas a feiras nacionais (Figuras 6 e 7):

Figura 6 - Mapa Feira da Feira Hortvida em Boa Vista-RR



Fonte: Produção autoral (2021).

Figura 7 – Produtores locais na Feira Hortvida em Boa Vista-RR



Imagens (A e B): produtores locais expando seus produtos para venda na feira Hortvida. Fonte: Acervo pessoal fotográfico (2021).

Hortvida é uma feira livre, pequena e com barracas divididas por tendas, organizada em uma calçada nos fins de semana. Encontra-se nesta feira, farinhas, frutas e verduras. É importante ressaltar, que a associação é composta por um presidente, Francisco Canindé e os demais associados distribuídos em sete homens e uma mulher, totalizando nove integrantes da associação Hortvida. Produzem em suas propriedades rurais, espécies de origem vegetal (ITCPS- PRAE/UFRR).

3.3 FERRAMENTAS E PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa é de cunho exploratório, no qual busca entender, de forma introdutória, os impactos da pandemia da COVID-19, de forma a identificar nos feirantes a dinâmica que foi adotada frente aos desafios impostos pela pandemia, tendo como enfoque a feira livre, uma vez que esta enfatiza a importância da integração entre os diversos agricultores do município, bem como, representa o fortalecimento econômico das famílias que vivem no campo e garantem o abastecimento alimentar para os habitantes da cidade e do campo e, sobretudo, por se tratar de um grupo pequeno de agricultores e que podem estar mais expostos e vulneráveis aos impactos da pandemia.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, com enfoque na análise de pesquisa exploratória, tendo o intuito de adquirir conhecimentos sobre a pandemia no Brasil e no município, sobre as atividades econômicas em Boa Vista e a origem das feiras livres e seu funcionamento antes e depois da pandemia. E tendo como estudo de caso, os feirantes que trabalham nas feiras do Produtor, São Francisco e Hortvida, na capital de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Para compor o resultado da pesquisa, foi aplicado um questionário online no formato *Google Forms*, composto por 12 questões subjetivas (Anexo). A escolha do formato online se deu devido à pandemia, e porque as feiras livres tinham mudado a forma de atendimento ao cliente, inviabilizando assim, a aplicação de questionário de forma presencial. O questionário foi constituído por dois blocos, sendo que o primeiro contempla questões sobre as famílias que trabalham nas feiras e seu trabalho como feirante, e o segundo contempla as dificuldades enfrentadas durante a pandemia.

É importante ressaltar que a feira atendeu em *drive-thru* por um período, gerando dificuldade na aplicação destes questionários, visto que parte destes

feirantes não possuem acesso à *internet* facilmente e residem na zona rural do município. Por este motivo, houve pouca participação no início, mas quando a feira voltou seu atendimento presencial, pôde-se aplicar presencialmente, de forma individual, tanto para homens como para mulheres com idade a partir de 18 anos.

Na terceira parte, foi feita a análise das respostas juntamente com que foi observado no local de estudo. De forma, a contribuir para a melhoria da dinâmica e da logística da feira, para que sejam evitados possíveis contágios entre feirantes e entre eles e seus clientes. Diante destas respostas e da observação da feira, foram levantados os aspectos positivos e negativos em relação ao que a pandemia trouxe para a agricultura familiar, praticada por estes feirantes, apresentando o resultado em tabelas, de acordo com a feira pesquisada.

Após a coleta dos dados *in loco*, foram realizadas as análises e a tabulação dos dados através de tabelas e gráficos, para compor os resultados da pesquisa.

3.4 TRÂMITES ÉTICOS

Para a realização da pesquisa, houve a preocupação com os trâmites éticos e a atenção na Resolução 510/16, que trata de pesquisas que utilizam metodologias das áreas de Ciências Humanas e Sociais. Para isso, foram necessários: autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima (CEP/UERR), através do CAAE nº 49938921.3.0000.5621, a anuência dos gestores das feiras estudadas e assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice).

Os seguintes critérios de inclusão são: maiores de 18 anos, agricultores que trabalham nas feiras. E os critérios de exclusão são: ter idade inferior a 18 anos, não ser agricultor, não ser feirante. Os riscos da pesquisa foram relacionados ao fato, de os feirantes não conseguirem responder o questionário devido à falta de internet, ou por dificuldade de compreensão em alguma das questões, e para a pesquisadora, a dificuldade foi de ir a campo, aplicar o questionário de forma presencial, seguindo os protocolos de biossegurança.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das respostas ao questionário aplicado, percebe-se que muitos feirantes foram prejudicados no início da pandemia, devido às restrições para conter o avanço do vírus. Mas conforme o tempo foi passando, conseguiram introduzir com sucesso, novas maneiras de fazer a feira funcionar. Implantaram o sistema de entrega, aderiram ao Pix e ainda tem projeto de fazer um aplicativo, para ser mais uma extensão da feira e facilitar a venda de seus produtos. Neste capítulo, é apresentado abaixo os resultados decorrentes da pesquisa realizada com 11 feirantes participantes.

4.1 COMO OCORRIA A ORGANIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM BOA VISTA-RR ANTES DA PANDEMIA?

A prática de comercializar produtos no ambiente, chamado de feira, vem sendo praticado há séculos, o que fez com que se tornasse regulamentado pelo poder público, a fim de fiscalizar e cobrar impostos dos feirantes. Trabalhadores que cultivam seus produtos hortifrúti em suas propriedades rurais familiares e vem para cidade vender nos fins de semana. Atualmente, revelam-se práticas cotidianas de trabalho, inseridas no âmbito do circuito inferior da economia urbana, definido por Santos (1979), como a marginalização praticadas pelo poder público, na medida em que são qualificadas como antiquadas, obsoletas e anacrônicas, por não estarem em compasso com a mundialização da economia, que criou novas formas de comercialização (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 72).

O Decreto nº 46 - E de 29 de abril de 2015 da Prefeitura de Boa Vista-RR, prevê que estes espaços serão destinados exclusivamente para a comercialização de hortifrutigranjeiros, carne, pescados, artesanatos e produtos de consumo imediato. Só poderá montar barracas nas feiras, quem estiver devidamente cadastrado na Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR). Veículos só poderão transitar no local se for para carga e descarga de produtos. E é proibido a venda e o consumo de bebidas alcoólicas.

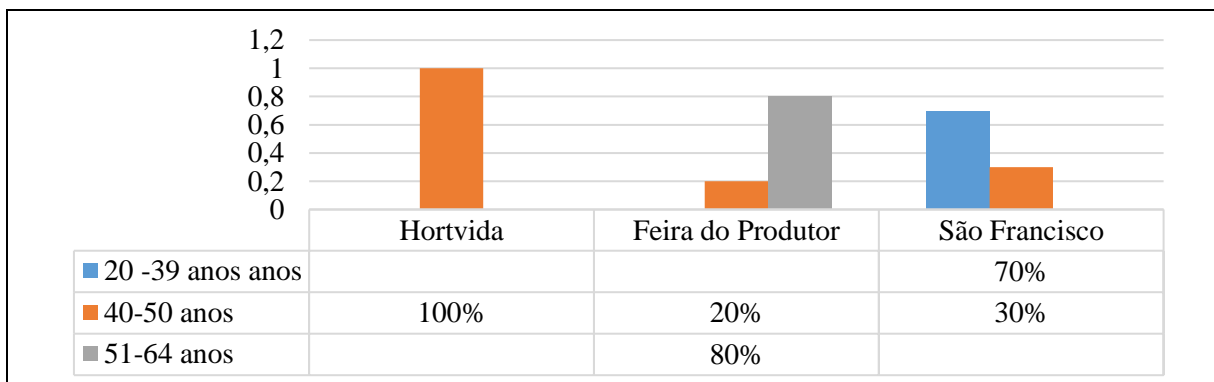
Neste lugar, o contato do feirante com o consumidor é mais estreito e o método de venda mais simples. Para vender, depende de quem oferece o produto no

volume vocal mais alto e oferece a um menor preço, sem perder a qualidade do seu produto, oferecendo produtos mais frescos e novos. A propaganda é de boca a boca, sem publicações em redes sociais e nem na TV. Realidade que veio sofrer mudanças bruscas e impactantes desde março de 2020, quando começou a pandemia da COVID-19, atingindo as feiras livres na cidade de Boa Vista-RR.

A pesquisa foi realizada aos fins de semana nas feiras do Produtor, Hortvida e São Francisco. Durante todo o período da pesquisa de campo, pôde-se observar as características de cada feira e o perfil dos entrevistados, como: qual a faixa etária predominante; quanto tempo eles trabalham como feirantes; se já foram ou não infectados pela COVID-19; como eles veem as mudanças após a pandemia; e dessas mudanças, quais que eles acham que funcionam e quais não ajudam na dinâmica e na logística, pós pandemia.

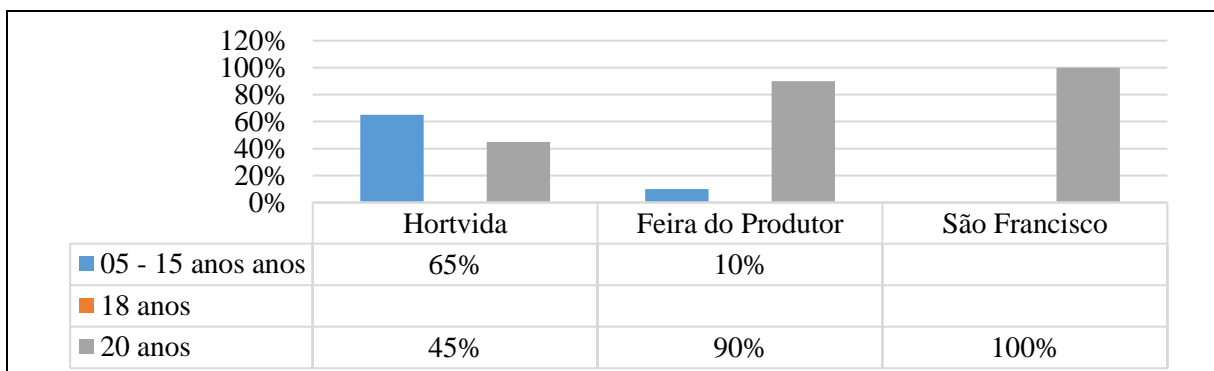
Sobre a faixa etária, 80% deles estão entre 40 a 50 anos, 10% estão entre 56 a 64 anos e os outros 10% estão entre 20 a 30 anos. Em relação ao tempo como feirante, 80% deles têm 20 anos de serviço, 10% tem 18 anos e os outros 10%, entre 5 a 15 anos (Figuras 8 e 9):

Figura 8 - Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Produção autoral (2022).

Figura 9 - Tempo de atuação como feirante



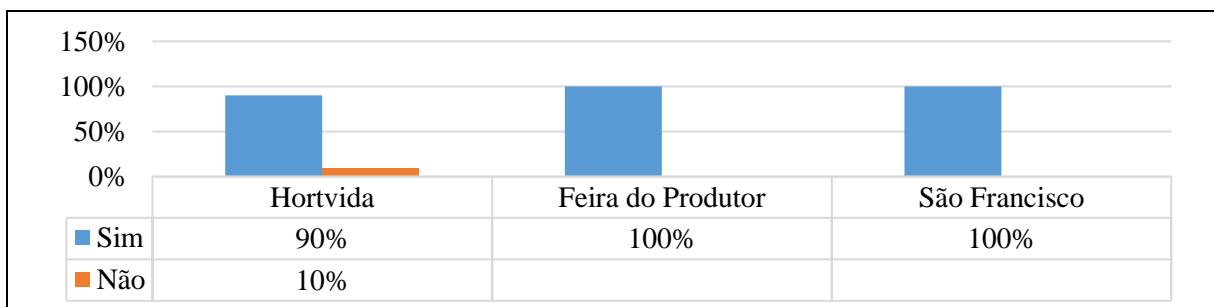
Fonte: Produção autoral (2022).

4.2 NOVA DINÂMICA DAS FEIRAS FRENTE ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS IMPOSTAS POR CAUSA DA PANDEMIA

Com o avanço da pandemia, modificações foram necessárias nas feiras da cidade de Boa Vista, com uma nova dinâmica e logística de trabalho adotada por eles, o que trouxe algumas mudanças válidas, porém, nem todas estão realmente funcionando.

Com relação à fiscalização, conforme os participantes da pesquisa, de 49% a 100% dos participantes relataram que existe fiscalização por parte da Prefeitura, para garantir que todos estejam cumprindo com as normas sanitárias impostas no período de pandemia. Assim, 90% dos entrevistados responderam que sim, tem ocorrido fiscalização e 10% disseram que não tem ocorrido (Figura 10):

Figura 10 - Fiscalização na feira



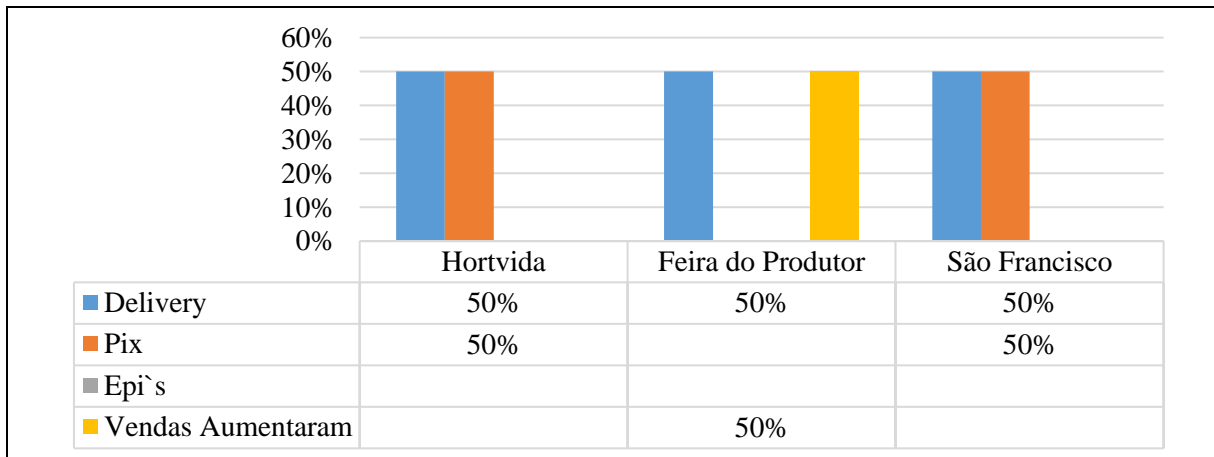
Fonte: Produção autoral (2022).

Nota-se que existe uma fiscalização por parte da Prefeitura nas feiras, de forma a manter a dinâmica e a logística adotada durante a pandemia, para que os contágios pelo vírus não sejam propagados neste ambiente.

Com relação às mudanças na dinâmica da feira, segundo os feirantes, afirmaram que das mudanças, a que mais tem funcionado é o *delivery* e que as vendas voltaram a aumentar, trazendo um percentual de 45% para cada e 10% afirmam que o Pix é o que mais tem funcionado nesta nova dinâmica (Figura 11):

Ao adentrar nas feiras, notou-se que muitos estão utilizando serviços de entrega, tendo a moto como o meio de transporte, para que seus produtos sejam entregues aos clientes e o pagamento sendo feito, na maioria das vezes, por Pix, o que contribui para o aumento das vendas nas feiras conforme mostra na Figura 11.

Figura 11 - Mudanças que tem funcionado



Fonte: Produção autoral (2022).

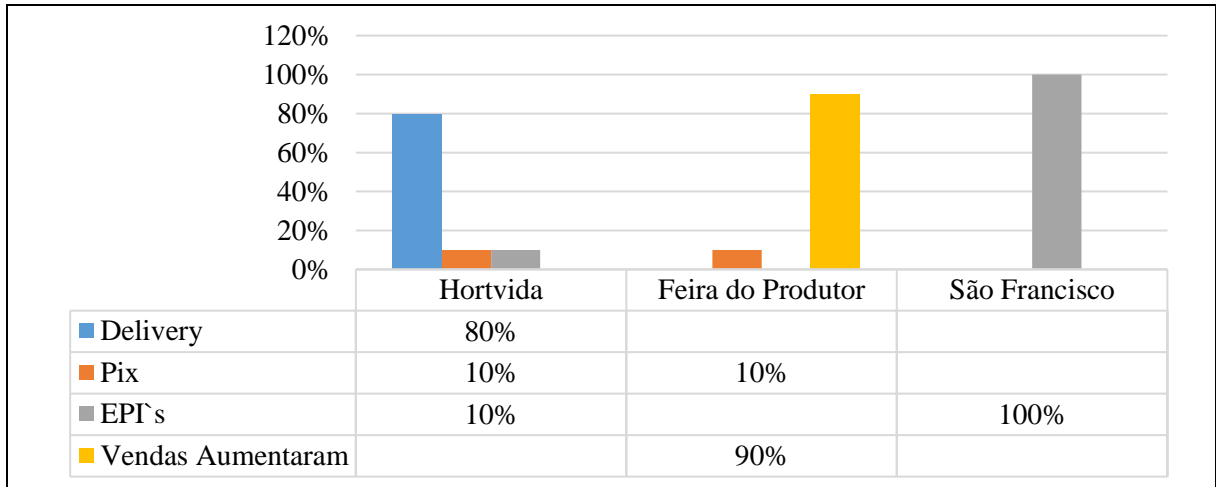
Sobre as mudanças que não tem funcionado, para 70% dos feirantes entrevistados, o uso dos EPI's não exercem a sua função como deveria, principalmente, por parte dos clientes que frequentam suas barracas. Para 20% dos feirantes, o delivery não é visto como uma mudança que funciona, no entanto, notou-se que as vendas aumentaram e para os outros 10%, não veem o Pix como uma mudança positiva, pois o risco de cair em golpe os deixam preocupados.

Ao entrevistar os feirantes, 70% deles disseram que as principais medidas adotadas por eles, foram os EPI's; 20% citaram a higienização de suas barracas; 10% falaram do distanciamento. Porém, no decorrer da visita em todas as feiras, nota-se que, assim como os clientes, muitos feirantes também já não utilizam as máscaras, álcool em gel e não mantêm o distanciamento, entretanto ainda mantinham o mesmo cuidado de higienização com as suas barracas. A feira do produtor de modo geral não é um ambiente muito limpo, em alguns blocos e corredores são vistos resíduos no chão, que podem promover a proliferação de insetos e animais nocivos à saúde humana, além de comprometer a estética da feira (Figura 12):

Diante destas respostas e do que foi observado *in loco*, o uso de EPI's tem sido usado por poucos clientes e feirantes, o que torna uma mudança sem funcionalidade, por falta de cumprimento de normas sanitárias.

Apesar da falta do uso de máscara ser um dos aspectos levantado pelos participantes da pesquisa, nota-se em alguns momentos, o uso desse EPI como medida de biossegurança para evitar o contágio da COVID-19.

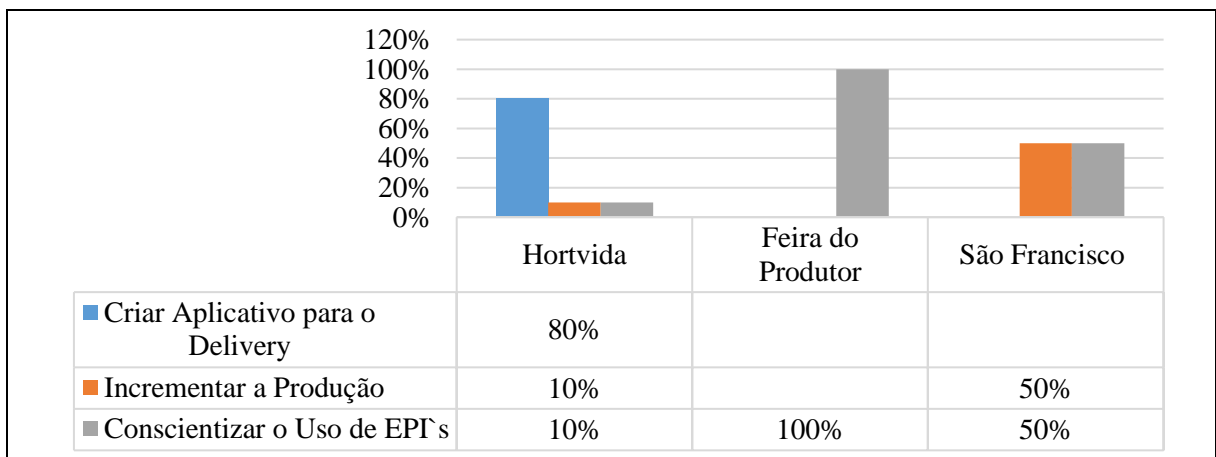
Figura 12 - Mudanças que não tem funcionado



Fonte: Produção autoral (2022).

Em torno de 70% dos feirantes afirmaram que se as pessoas tivessem mais consciência da importância do uso dos EPI's para a prevenção do contágio pela COVID-19, já contribuiria para a melhoria da dinâmica e da logística da feira; 20% deles apresentaram a ideia de criar um aplicativo para ajudar no *delivery*; 10% relatou a necessidade de se incrementar a produção do que é comercializado por eles (Figura 13).

Figura 13 - Práticas que melhorariam a logística e a dinâmica da feira para melhor funcionamento na pandemia



Fonte: Produção autoral (2022).

Ao longo de toda a entrevista, ficou claro que o *delivery* veio como um facilitador para as vendas dos produtos comercializados nas feiras, assim como o Pix. Mas o relaxamento por parte dos clientes no uso de máscaras e álcool em gel, gera preocupação entre os produtores.

Durante a pandemia, até a forma de comercializar os produtos sofreram mudanças em sua logística, fazendo com que os feirantes passassem a ter que recorrer ao delivery para que os produtos chegassem até a casa dos clientes, tendo que manter uma maior higienização das frutas e verduras e manter um padrão de qualidade na entrega, para que a higiene fosse mantida também nesta extensão da feira (Figura 16).

O uso do Pix tornou-se algo corriqueiro durante a pandemia, muitos clientes optam por pagar desta forma, pois evita um possível contágio pelo manuseio das cédulas ou do cartão. E quando usam o cartão, preferem por aproximação. Dos entrevistados, 80% dos feirantes disseram que o ponto positivo na comercialização de seus produtos, no período da pandemia, foi a maior higienização e 20% disseram que foi o aumento das vendas por delivery. Na feira do produtor, 90% dos entrevistados não conseguiram listar nenhum ponto positivo.

Em meio à pandemia, novas dinâmicas estão sendo adotadas devido às exigências sanitárias por parte do órgão fiscalizador da Prefeitura, gerando uma nova cultura nas feiras de Boa Vista. O que nos leva a refletir em como os agricultores familiares, que fazem da feira o seu local de sustento, se mantêm economicamente.

Segundo os dados do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) (FIDA, 2018), 63% da população considerada mais pobre, trabalha e vive pela agricultura familiar. Apesar de que os investimentos nesse setor são de duas a três vezes mais factuais, para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar, que em qualquer outro setor. Desta forma, ações de Estado para minimizar as desordens nesse setor são fortemente indicadas e necessárias, especialmente porque o impacto é bem maior sobre os mais vulneráveis, por não terem capacidade de lidar com as medidas restritivas em longo prazo.

Isso é digno de nota, uma vez que, nesse momento, há forte direcionamento de recursos dos governos (de todo mundo) para a área da saúde, mas os efeitos da pandemia devem ser mitigados em uma estratégia 360 graus, guardadas as devidas proporções. Os riscos, ainda que eventualmente menores no ambiente dos sistemas de produção, se potencializam nos ambientes de escoamento da produção, logísticas de abastecimentos, nos canais de distribuição (cadeias de varejo, feiras-livres) (CAMPELÔ, 2020, p. 03).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reforça a necessidade de os Estados colaborarem na manutenção dos serviços essenciais, que

garantem o funcionamento da cadeia produtiva de alimentos e o abastecimento. Para garantir o fluxo de produtos, um novo decreto deverá regulamentar e detalhar as normativas para os serviços de produção e comercialização de insumos agropecuários, medicamentos de uso veterinário, material genético, defensivos agrícolas, fertilizantes e serviços de transporte de funcionários e de carga. Ademais, toda cadeia produtiva de alimentos e bebidas foi considerada atividade essencial, pelo Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, que é fundamental para garantia jurídica de operação (BRASIL, 2020).

Ainda neste rol de ações para monitorar os impactos do coronavírus na produção agrícola, o MAPA instituiu o comitê de crise (CC-AGRO-COVID-19), por meio da portaria nº 123 de 31 março de 2020 (BRASIL, 2020b). Integra o comitê, além de 14 integrantes de secretarias do Mapa, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). De acordo com a portaria, o escopo de atuação do grupo está estruturado em duas linhas temporais: ações de monitoramento e encaminhamento de soluções em curto prazo e elaboração de soluções de ajuste estrutural a médio e longo prazo. Neste caso, uma das funções do comitê será projetar cenários e elaborar propostas sobre impactos que poderão ocorrer nos sistemas produtivos, mercados e demanda (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020, Seção 2 p. 3).

4.3 MODIFICAÇÕES PROVOCADAS PELA PANDEMIA NAS FEIRAS LIVRES DE BOA VISTA-RR

As feiras sofreram algumas modificações durante a pandemia, já constatadas, nas quais os feirantes relataram alguns desafios encontrados, mas havendo aspectos positivos na comercialização de seus produtos. Com relação ao transporte dos produtos, percebe-se que a pandemia não influenciou e nem modificou a forma de transporte dos produtos entre o local de produção e a feira, pois todos os entrevistados continuaram usando transporte próprio.

Entre os desafios enfrentados durante o período mais crítico da pandemia, quando as feiras ainda estavam com restrições, foi a baixa da produção por escassez de insumos para o cultivo, além da diminuição de clientes, ou seja, 45% dos

entrevistados responderam que o desafio foi poucos produtos e 45% falaram sobre os poucos clientes e 10% citaram a COVID-19.

Quando as feiras reabriram, algumas normas foram instituídas para ajudar na prevenção da COVID-19, nada muito diferente do que já estava sendo praticado, relacionado a ida aos comércios e no trânsito das vias públicas. Os feirantes relataram que 90% dos clientes estavam cumprindo com o exigido e que 10% não usavam máscaras e nem álcool em gel, sendo constatado nas visitas. O fato de estarem em sua maioria vacinada, foi o que contribuiu para este relaxamento.

No dia 11 de setembro de 2020, foram liberadas as feiras livres para os consumidores, fato em que se percebe e reflete sobre a organização da logística e de oferta dos produtos, que não seriam mais da mesma forma. Que uma nova cultura seria implantada nas feiras livres, na cidade de Boa Vista-RR. Tendo sido observado mudanças na forma de organizá-las.

Sobre a infecção pela COVID-19, conforme informações prestadas pelos participantes durante a realização da pesquisa, 60% dos feirantes entrevistados não foram infectados e 40% chegaram a ser contaminados pelo vírus.

O Governador do Estado Antônio Denarium, junto com seu Secretário de Agricultura, Emerson Baú, tomou medidas sanitárias para combater o vírus nas feiras da capital. Segundo a Folha de Boa Vista, o mesmo afirmou: “Desde o início da pandemia, foram adotadas várias medidas para controlar a circulação das pessoas nas feiras, entre as quais, o controle nos acessos e horário de funcionamento estabelecido”. Medidas estas que contribuíram para o controle de casos da COVID-19 e tornou-se uma forma de prevenção diante da pandemia recém-surgida.

“A SESAU” (Secretaria de Saúde) participou da ação, distribuindo a revista informativa “CORONAVÍRUS- Vamos Cuidar.” “O objetivo é disseminar informação correta e de qualidade, a fim de deixar a população esclarecida sobre a doença e como se prevenir.” (FOLHA DE BOA VISTA-RR, 2020).

A Prefeitura de Boa Vista também tomou medidas para combater a COVID-19 nas feiras, implantando uma lei para que os feirantes seguissem e uma fiscalização do cumprimento destas normas. A lei está descrita na íntegra, abaixo.

O Decreto nº 097 de 10 setembro de 2020, decreta:

Art. 1º Fica determinado o retorno gradual das feiras livres, a partir do dia 19 de setembro de 2020 que deverão ocorrer nos locais, dias e horários

estabelecidos na forma do Decreto nº 046 de 29 de abril de 2015 acrescidas das disposições constantes no presente Decreto.

§ 1º - O retorno gradual será iniciado com revezamento semanal entre os feirantes, de modo que em cada dia de funcionamento ocorra à montagem das barracas de apenas uma das laterais ao longo da extensão da via destinada às feiras.

§ 2º - O feirante apenas poderá montar sua barraca nas datas estipuladas no rodízio que será informado pela Prefeitura em ato próprio.

Art. 2º - Para o desenvolvimento das atividades das feiras livres deverão ser observados os seguintes critérios de padronização de montagem e operacionalização, quanto ao atendimento ao público consumidor:

I - Uso obrigatório de máscaras faciais, mesmo que confeccionadas de forma caseira;

II - Proibição de consumo no local, degustação de alimentos ou bebidas, afim de evitar a disseminação do vírus nos utensílios e alimentos servidos pelas bancas e barracas, bem como evitar aglomeração;

III - Proibição de montagem de mesas e cadeiras para consumo de alimentos no local;

IV - Acesso controlado, mediante demarcação física do local, sendo vedada a instalação de bancas, barracas e similares fora da área definida para execução da feira;

V - Os feirantes deverão adotar condições de higiene e asseio em suas bancas e barracas, especialmente com a lavagem e limpeza das mãos;

VI - Os feirantes deverão realizar limpeza e higienização das bancas, máquinas de cartão, balanças, utensílios, bem como dos produtos comercializados em sua barraca ou banca;

VII - Atendimento pelos feirantes aos consumidores com distanciamento razoável e do lado interno de sua respectiva banca ou barraca;

VIII - Disponibilização pelos feirantes em suas bancas ou barracas de produtos de higienização do tipo álcool em gel 70% para os consumidores;

IX - É proibido a participação de feirantes, trabalhadores e ajudantes na condição de gestante e/ou lactante, dos maiores de 60 anos e os acometidos de comorbidades ou doenças crônicas (BRASIL, 2020).

Diante destas medidas adotadas por autoridades locais, verifica-se que o impacto foi grande a ponto de haver necessidade de criar leis normativas para que, feirantes e clientes pudessem cumprir. De forma que, não houvesse perigo de contágio pela COVID-19 no ambiente das feiras livres da cidade e não tivessem que chegar ao ponto de fechá-las novamente.

O que nos faz refletir também quanto à importância de haver uma séria regulamentação de políticas públicas, que venham a minimizar os impactos causados pelo coronavírus, na vida dos agricultores, principalmente, na vida dos agricultores familiares.

5 CONCLUSÃO

No início da pandemia, o País declinou em sua economia, que atingiu principalmente a classe mais pobre e vulnerável. Os agricultores que trabalham como feirantes nas feiras livres da cidade de Boa Vista-RR, que dependem deste local de trabalho para a comercialização dos seus produtos, viram-se obrigados a ficar em casa, devido as medidas que foram adotadas pela administração municipal, para conter a propagação do vírus. Isso ocasionou um prejuízo na renda de muitos, mas conforme os casos foram se mantendo controlados, apesar do surgimento de novas cepas (mutações), o município foi liberando com restrições de horário, para que os feirantes voltassem a suas atividades.

Durante a pesquisa, percebe-se que sem ou pouco suporte do governo e da Prefeitura, a vida desses feirantes foi um caos total, embora alguns foram beneficiados por familiares e amigos. As feiras livres são de suma importância para o sustento destas famílias que se deslocam do interior para vender seus produtos nas feiras. O fechamento delas no início da pandemia, criou um clima de preocupação por parte dos feirantes e de apreensão por parte dos que ali frequentavam.

Após o fechamento das feiras e as demais restrições que a pandemia trouxe para Boa Vista, houve reflexão quanto a importância da vida, dos produtos vendidos nas feiras, dos produtores e dos clientes. É como uma máquina que possui engrenagem, na qual um depende do outro para que a continuação das feiras em nossa cidade possa evoluir, seguindo à risca as medidas de proteção, enquanto houver risco de contágio pelo coronavírus. De maneira que, cause a melhor impressão dos que ali frequentam, continuando a auxiliar a economia da cidade.

Decorrido alguns meses durante o ano de 2020, com medidas restritivas e com o declínio do contágio, os órgãos municipais por meio de Decretos determinaram a abertura das feiras no dia 11 de setembro de 2020, porém com certas regras para que não aumentasse o contágio. E no meio do ano de 2021 foi denunciada grande aglomeração por parte dos consumidores, principalmente depois que as vacinas foram disponibilizadas.

Quanto à estrutura das feiras: orientações que os vendedores devem repassar aos clientes para o consumo de verduras, legumes e frutas. Só era permitida, em 2020, a entrada do cliente se estivesse de máscara. Outras feiras da cidade adotaram

o sistema *drive-thru*. Em 2021 voltaram a atender presencialmente. Porém, com a contínua obrigatoriedade do uso das máscaras, álcool em gel e distanciamento.

Diante de toda esta realidade vivida não só pelos feirantes de Boa Vista, mas por outros ao redor do Brasil desde que a pandemia começou trazendo consigo a necessidade de uma nova cultura de fazer a organização das feiras, mostra que é preciso novas políticas públicas para minimizar o impacto que a COVID-19 causou para a agricultura familiar. Proporcionando assim, que esta parcela da economia do Brasil tão importante, mas tão vulnerável, não venha a perder sua fonte de renda e sustento em meio à crise econômica que a pandemia trouxe.

Ao aplicar o questionário e visitar as feiras com o olhar de pesquisador, pode-se analisar que a dinâmica de trabalho nas feiras sofreu mudanças na forma de comercializar seus produtos, o que antes era somente presencial, hoje abriu espaço para o *delivery*, o pagamento que antes era somente em dinheiro, hoje o Pix faz parte das formas de pagamento. Alguns feirantes até queriam que as feiras tivessem um aplicativo, que facilitasse a entrega dos produtos nas casas de seus clientes. Mesmo a logística na maior parte do tempo continuar sendo a mesma, o uso de motos para o atendimento em *delivery* ocasionou uma extensão das feiras até a casa dos consumidores.

Por fim, a ideia de ter um aplicativo nas feiras, que alguns feirantes entrevistados apresentaram, iria facilitar a permanência das mudanças que ocorreram ao longo da pandemia. A forma de pagamento por Pix e o sistema de *delivery* trouxeram muita facilidade e flexibilização na dinâmica e na logística das feiras, o que é de grande importância. O aplicativo existir e as mudanças citadas só terão condições de permanecer na dinâmica e na logística das feiras se houver investimento e incentivo por parte da Prefeitura, responsável por seu funcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, H. **Caderno de formação: Desenvolvimento Rural Sustentável**. Luanda, Angola: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO Escritório de Representação da FAO em Angola Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP) Largo António Jacinto (Ex. Largo dos Ministérios), 5º andar, 2012.

ANDRADE, M. C. Geografia econômica. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ANGULO, J. L. G. **Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado em Administração). Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2002.

ANJOS, F. S.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

BALLIVIÁN, J. M. O. P. et al. **Feira livre: a construção de relações recíprocas**. Frederico Westphalen, RS: Litografia Pluma, 2018.

BRASIL. **20 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República**. Rio de Janeiro: Planalto, 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra. Rio de Janeiro: Planalto, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRITO, A. **O que é a agricultura familiar**. Portal Eletrônico Bit [2016]. Disponível em: <<https://bit.ly/3rW3CEH>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BROMLEY, R. J.; SYMANSKI, R.; GOOD, C. M. Análise racional dos mercados periódicos. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 42, n. 1, p. 183-94, 1980.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Francisca Silvana Araújo. **A feira do produtor rural e a área verde escolar como espaços educativos para abordar educação ambiental e cidadania com professores e alunos da Escola Estadual Oswaldo Cruz, Boa Vista -RR.** Boa Vista: UERR, 2019.

CARDOSO, M. F. T. C. Feira de Caruaru. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975.

CARVALHO, L. **Análise de Conjuntura Mercado de Trabalho** - pré e durante pandemia. UFPR: GETS, 2020

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DAMA, J.; OLIVEIRA, V. **Roraima tem a Primeira Morte por Coronavírus, diz Secretaria de Saúde**. Portal Eletrônico G1/Globo [2020]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/04/03/roraima-tem-primeira-morte-por-coronavirus-diz-secretaria-de-saude.ghtml>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1–13, 2016.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 2, p. 3. Brasília, 20 de março de 2020.

DIAS JÚNIOR, C. A. C. Comer na feira: consumo alimentar e cultura na feira de Cametá – Pará. *In*: REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 5., Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. **Anais [...]**, 2015.

FAO; IFAD. **Decenio de las naciones unidas para la agricultura familiar 2019-2028**. Plan de acción mundial. Disponível em: <<https://bit.ly/3pqDd0a>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FIDA. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **Principais canais de comercialização para agricultura familiar brasileira**. Portal Eletrônico FIDA [2018]. Disponível em: <<https://bit.ly/3pwd00b>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FOLHA DE BOA VISTA. **Ação orienta feirantes sobre os cuidados contra o COVID-19.** Portal Eletrônico Folha de Boa Vista [2020]. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Acao-orienta-feirantes-sobre-os-cuidados-contra-o-Covid-19-/64425>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FOLHA DE BOA VISTA. **Quase 3 mil Hectares em Boa Vista são de Agricultura Familiar.** Portal Eletrônico Folha de Boa Vista [2021]. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Quase-3-milhectares-em-Roraima-sao-da-agricultura-familiar--/72428>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FORMAN, S. **Camponeses:** sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

GODOY, W. I. **As feiras-livres de Pelotas, RS:** estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização. Tese (Doutorado em Agronomia). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2005.

GOODMAN, B. **Subvariante BA.2 Pode Ser Mais Severa que a Ômicron, Indica Novo Estudo.** Portal Eletrônico CNN/BRASIL [2021]. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/omicron/>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida –** Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

JESUS, G. M. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro - 1964-1989. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 1, p. 95-120, jan./mar., 1992.

MACIEL, M. E. Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e alimentação. *In*: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MALUF, R. S. Ações públicas locais de abastecimento familiar. **Pólis Papers**, n. 99, v. 5, 1999.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. **Introdução à Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M.C.S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, 2008.

MOREIRA, V. D. Projeto memória da Feira Livre de Feira de Santana: origens e secularidades. **Revista Sitientibus Série Ciências Físicas**, v. 3, n. 5, 1992.

MOREL, A. P. et al. **Negócio Feira Livre**: análise e discussão sob a perspectiva do feirante. Santa Maria: Revista Extensão Rural, 2015.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande**: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade de Campinas, 1975.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JÚNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, E.; ORTIZ, B. **Ministério da Saúde confirma o Primeiro Caso de Corona vírus no Brasil**. Portal Eletrônico G1/Globo [2020]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, F. M.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no século XXI**: debates contemporâneos [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. **Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção**: trajetória de lutas, história pujante. Alta Floresta, MT/UNEMAT: Revista de Ciências Agroambientais, 2016.

RIBEIRO, E. M. (org.). **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais. Fortaleza: BNB/ETENE, 2007.

SANTOS, J. C. S. **Feiras Livres**: Suas Origens e Relações de Consumo. Portal Eletrônico Brasil Escola [2021]. Disponível em: <<https://brasilecola.com.br>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTOS, T. M. F. **Um pouco da história do Mercado São Francisco**. Portal Eletrônico Brasil Escola [2021]. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/um-pouco-historia-mercado-saofrancisco.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA, 2003.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 49–62, 2019.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

SDR. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Manual Operativo**. Rio Grande do Sul: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Programa Estadual da Agroindústria Familiar, 2017.

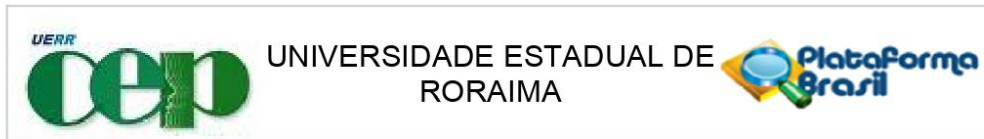
SERVILHA, M. M. **As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, (suppl 1), jun., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>

WAIZBORT, R. **A pandemia de Covid-19: história, política e biologia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1784-apandemia-de-covid-19-historia-politica-e-biologia.html#.XznJXvNKhdg>>. Acesso em: 06 ago. 2020

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, Cap. 1, p. 21-55, 1999.

APÊNDICE A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS IMPACTOS DA PANDEMIA SARS COVID 19 NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRICOLAS NAS FEIRAS DE BOA VISTA 1 RR

Pesquisador: EDNA COELHO DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 49938921.3.0000.5621

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

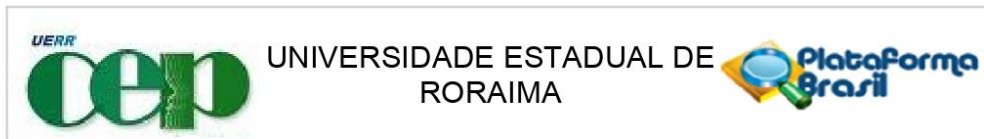
Número do Parecer: 4.881.769

Apresentação do Projeto:

Devido ao período de pandemia, os feirantes que trabalham nas feiras situadas em nossa capital, Boa Vista-RR, tiveram que lidar com uma nova maneira de atender seus clientes, para não haver contaminação. Na feira do Produtor e do São Francisco passaram a atender de máscara, mantendo certa distância do cliente e fazendo uso do álcool em gel, limpeza dos ambientes, superfícies e veículos de transporte. Quanto à estrutura das feiras: orientações que os vendedores devem repassar aos clientes para o consumo de verduras, legumes e frutas. Só é permitido a entrada do cliente se estiver de máscara. Outras feiras da cidade adotaram o sistema drive thru. Este projeto segue a linha de pesquisa Sistemas agroecológicos, gestão territorial e sustentabilidade na Amazônia. Tem grande relevância por tratar de um assunto da agroecologia e economia, que é a agricultura familiar presente nas feiras na cidade de Boa Vista-RR. Trazendo uma análise a fim de alcançar um novo meio de fazer a feira se adequar ao novo modo de viver e de fazer, promovido por uma pandemia, surgida de forma súbita e que tem perdurado por mais de um ano. Planos a serem traçados a curto, médio e longo prazo por não haver uma previsão concreta para o fim deste cenário mundial (Texto extraído do documento Projeto Básico, página 2).

A pesquisadora informa que serão inclusos maiores de 18 anos, agricultores que trabalham nas feiras inseridas neste projeto. Critério de Exclusão: ter idade inferior a 18 anos, não ser agricultor, não ser feirante. (Texto extraído do documento Projeto, página 15).

Endereço: Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201
Bairro: Canarinho **CEP:** 69.306-530
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 4.881.769

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar a dinâmica logística dos produtos agrícolas e os impactos na organização do espaço das feiras na cidade de Boa Vista/RR, provocados pela pandemia do SARS COVID-19.

Objetivo Secundário:

- Identificar a logística adotada pelos feirantes antes da pandemia e as mudanças decorrentes do SARS COVID-19;
- Verificar a organização do trabalho dos feirantes antes da pandemia e as modificações provocadas pela pandemia;
- Contribuir para uma nova dinâmica logística e organização do ambiente de trabalho das feiras, frente às novas exigências sanitárias impostas pela pandemia

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação a avaliação dos riscos e benefícios da pesquisa a autora pondera que: Riscos: Os riscos que estes participantes podem correr ao fazer parte da pesquisa está em abrir possibilidade para que novas formas de fazer feira, transporte de produtos e logísticas venham ser inseridas. Tudo que é novo gera desconforto no início, o que pode gerar danos a nível social e moral para os primeiros adeptos as mudanças. Porém o benefício de melhorar a comercialização e o atendimento na feira será bem maior do que os riscos. Pois, trará prevenção diante desta pandemia que ainda não tem previsão de quando vai. (Texto extraído do documento Projeto, página 15).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

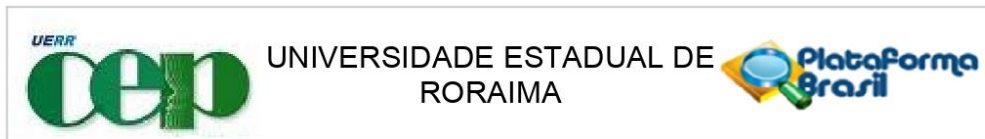
Projeto de Pesquisa submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia. Área de concentração em Agroecologia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em relação aos termos apresentados juntos ao projeto básico considera-se que:

- Folha de rosto – ok
- Registro de Consentimento Livre Esclarecido (RCLE) – ok
- Declaração de Compromisso – ok
- Termo de Confidencialidade – ok
- PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS – ok
- Carta de Anuência - ok

Endereço: Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201
Bairro: Canarinho **CEP:** 69.306-530
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 4.881.769

Recomendações:

sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto analisado apresenta todos os elementos para a aprovação por este comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

todos os termos foram devidamente apresentados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1792486.pdf	19/07/2021 15:14:25		Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	19/07/2021 15:14:03	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
Outros	anuenciasaofrancisco.pdf	19/07/2021 15:12:57	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
Outros	ANUENCIAhortivida.pdf	15/07/2021 23:49:12	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CONFIDENCIALIDADE.pdf	15/07/2021 23:48:24	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	15/07/2021 23:47:53	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
Declaração de concordância	ANUENCIAfeiraprodutor.pdf	15/07/2021 23:46:56	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	15/07/2021 23:38:34	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	COMPROMISSO.pdf	15/07/2021 23:37:43	EDNA COELHO DE SOUSA	Aceito

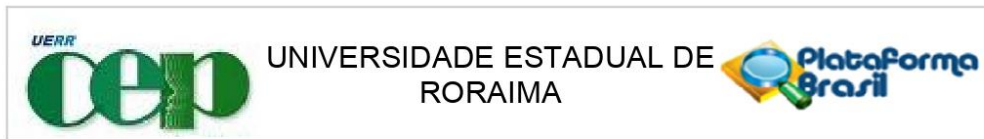
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Sete de Setembro,231 - Sala 201
Bairro: Canarinho **CEP:** 69.306-530
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 4.881.769

BOA VISTA, 03 de Agosto de 2021

Assinado por:
Leila Chagas de Souza Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sete de Setembro,231 - Sala 201
Bairro: Canarinho **CEP:** 69.306-530
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br

